

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**OUTRAS HISTÓRIAS DE LIBERDADE: FUGAS E FUGITIVOS  
ESCRAVOS NO AMAZONAS IMPERIAL**

Bolsista: Ygor Olinto Rocha Cavalcante, CNPq.

MANAUS  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**RELATÓRIO FINAL**  
**PIB-H/0089/2009**  
**OUTRAS HISTÓRIAS DE LIBERDADE: FUGAS E FUGITIVOS**  
**ESCRAVOS NO AMAZONAS IMPERIAL**

Bolsista: Ygor Olinto Rocha Cavalcante  
Orientador(a): Profa. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio.

MANAUS  
2009

Reservados todos os direitos deste relatório à Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo de Pesquisa em História Indígena e Africana na Amazônia e aos seus autores. Este relatório pode ser reproduzido para finalidades acadêmicas ou científicas.

Esta pesquisa, financiada em parte pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq –, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas e, posteriormente, sendo desenvolvido de forma voluntária, foi realizada no quadro das atividades do POLIS - Núcleo de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais na Amazônia.

## RESUMO

O presente projeto concentrou esforços no objetivo principal de mapear as fugas escravas e os escravos fugitivos na província do Amazonas no período de 1870-1888. No decorrer da pesquisa, fizemos o levantamento dos periódicos publicados à época e, a partir disso, seguimos com um levantamento dos anúncios e notícias de fuga/captura no intuito de construir um banco de dados referente ao tema em questão. Nessa direção, a análise crítica das fontes efetivou-se através das inferências realizadas sob os quadros de ordem eminentemente quantitativa. Este quadro foi construído levando em consideração as categorias que emergiram das próprias fontes, variáveis quantificáveis, dentre as quais, sexo, cor, idade, nome, origem, qualidade da fuga (se individual ou coletiva), bem como informações sobre origens e destinos das fugas desses cativos. Cabe lembrar que este esforço de pesquisa consistiu em um pioneirismo, visto que a historiografia local há muito negligencia as trajetórias e experiências das populações escravas sob o argumento da baixa densidade dos plantéis escravos na região. Dentre os resultados obtidos, podemos destacar, de forma mais geral, que as fugas faziam parte do cotidiano da escravidão no Amazonas. Durante o período estudado, aproximadamente 10% dos escravos estavam fugidos. A grande maioria das fugas era realizada pelos escravos do sexo masculino em plena idade produtiva. A capital Manaus aparece como o maior destino possível dos fugidos e, ao mesmo tempo, como o local de maior quantidade de origens de fugas. Os ofícios e profissões dos fujões apontam para atividades de caráter urbano. Grande parte dos anúncios carrega informações sobre as condições físicas e de saúde dos escravos, apontando para um ambiente de proximidade entre senhores e escravos, por um lado; e, por outro, de uma ambiência carregada de tensões e violências não somente de ordem física, mas também de ordem psicológica. Foi possível recuperar os nomes dos senhores e parte de suas estratégias de repressão às fugas. Na outra ponta, recuperamos as múltiplas estratégias de fugas e de manutenção dessas *liberdades fugidias*. Por fim, argumentamos que os escravos não fugiam com o fim último de abolir a escravidão, mas para construir espaços de autonomia e liberdades possíveis.

## SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	06
2.QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	14
3.DESENVOLVIMENTO DOS PERFIS .....	25
4.CONCLUSÃO.....	53
5.CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	56
6. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	57

## 1. INTRODUÇÃO

O desembarque do vapor Tapajós na cidade de Belém naquele quinze de março de 1860 colocava o ponto final em uma fuga admirável. Dali, Manoel Antonio, Ignez e seus cinco filhos menores seguiriam para o distrito de Muaná, nas localidades do Marajó, para serem reintegrados ao plantel de cativos do engenho de Amanajás. Pelo que sabemos, este seria o fim da fuga. Voltemos ao seu início.<sup>1</sup>

Nossa história começa em meados do XIX, mais precisamente em novembro de 1851, quando três escravos e dois gêmeos menores se embrenharam pelos rios e matas paraenses, embarcados em um escaler de madeira itaúba com toldo de cedro fugindo do engenho de Palheta, propriedade de Manoel Antonio Cardoso Amanajás.

Naquela altura, um dos escravos de nossa narrativa já possuía considerável experiência em fugir. Ainda rapaz e “sem barba”, Felipe, “preto retinto, figura ordinária, hum tanto vergado, esteve fugido em Vila Nova da Rainha, aonde foi capturado em 1847”. Não por acaso, o senhor dos ditos escravos guardava fortes suspeitas de que eles “seguirão para o Amazonas”. É fácil supor que o escravo Felipe, tocador de viola e sabendo ler, ainda contasse com antigas amizades ou potenciais acoutadores dos tempos em que lá esteve; e que, desse modo, não enfrentaria grandes problemas ao seguir entre rios, matas e igarapés rumo à província vizinha.

Entretanto, havia dificuldades. O irmão de Felipe, Manoel Antonio, “preto retinto, rosto redondo, figura ordinária, gordo, pés grossos, official de ferreiro, sem barba”, trazia aos vinte e um anos as marcas de uma doença cutânea que se assemelhava às picadas de pulgas. Ignez, “cor tapuia”, carregava as marcas da escravidão na ausência (ou mutilação) de parte do nariz e levava consigo seus dois filhos gêmeos: José e Luzia<sup>2</sup>. Para além da experiência, era preciso ser um “mestre das matas” para obter sucesso nas fugas na Amazônia. Mesmo porque, fugir nunca é uma tarefa fácil, sobretudo se considerarmos o ambiente hostil das densas matas

---

<sup>1</sup> Ofício n.152, Secretaria de polícia da província do Pará, 15/03/1860. Fundo: Secretaria da presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1860. Cx, 223. Arquivo Público do Pará.

<sup>2</sup> O Grão-Pará, Belém, Ano 1, n.º 30, 03/01/1852, p. 4, Coleção do IHGP. in SALLES, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense. Belém:Pakatatu, 2004, pp. 42-47.

amazônicas, seus rios caudalosos, corredeiras, cachoeiras e longas distâncias entre os lugares e propriedades.<sup>3</sup>

Um ano depois, os cinco escravos estavam residindo na vila de Silves, província do Amazonas. E no tempo em que foi suficiente para Ignez ter mais três filhos, Manoel conseguiu um emprego público na vila – ocupando o cargo de porteiro da Câmara municipal –, e Felipe, por sua vez, assumiu o posto de cabo da companhia de trabalhadores. Difícil é não acreditar em uma proteção deliberada das autoridades públicas de Silves, haja vista o esforço sistemático do senhor dos fujões em reavê-los, divulgando por meio de anúncios em jornais o ocorrido e enviando requerimentos para as autoridades policiais tanto do Pará quanto do Amazonas dando nota das características físicas dos seus escravos.

E assim foi durante quase nove anos. O estado de *liberdade fugidia*<sup>4</sup> em que estavam se aproximava do fim quando o Doutor Chefe de polícia de Manaus recebeu a denúncia, não se sabe de quem, de haver oito escravos que estariam acoutados por autoridades públicas na vila de Silves. Não tardou para que o chefe de polícia enviasse à dita vila uma bem equipada diligência policial imbuída da responsabilidade de capturar os fugitivos em questão. Embarcaram logo no dia três de março de 1860. E dois dias depois já estavam aportando para capturar todos os escravos, exceto um, o qualquer coisa de fugitivo experiente, Felipe.

Mas a onda de azar não atingiu somente a escrava Ignez e os seus companheiros. O refluxo das águas arrastou consigo autoridades públicas que, segundo a denúncia, teriam acoutado os cativos do senhor Amanajás. No dia sete de março, o Presidente da Província do Amazonas assinava uma portaria que demitia do serviço público da vila de Silves, os senhores, Antonio e Manoel Ferreira das Neves, acusados do crime de acoutamento de escravos fugidos. Era de se esperar, já que desde 1852 havia “a respeito dos mesmos, requisição na subdelegacia dalli”. A portaria publicada no jornal *Estrella do Amazonas*, dizia o seguinte:

---

<sup>3</sup> FUNES, Eurípedes A.. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: Historia e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 471.

<sup>4</sup> Como um dos resultados das reflexões desta pesquisa, propomos aqui o conceito de *liberdades fugidias* para dar conta das especificidades do tipo de estado e condições em que viviam os escravos fugidos que acreditamos ser de concreta liberdade, ainda que não o seja do ponto de vista da legalidade jurídica.

Demittindo a bem do serviço público, a Antonio Ferreira Neves, de capitão Commandante de Trabalhadores da Villa de Silves. Communicou-se ao demittido. Idem, Idem, o mesmo do cargo de 4º suplente do subdelegado de policia de Silves, bem como a Manoel Ferreira das Neves, do de 2º. Communicou-se ao Dr. Chefe de Policia.<sup>5</sup>

Graves suspeitas também foram levantadas contra o presidente da Câmara Municipal de Silves, mas, no entanto, sua demissão não se concretizou. Para se ter uma percepção mais apurada das dimensões e das repercussões do caso da fuga de Ignez e dos seus, basta citar uma das últimas decisões do administrador da província do Amazonas. O presidente, não contente com as medidas tomadas (e narradas) até aqui, segundo o jornal *Estrella do Amazonas*, teria solicitado ao chefe de policia do Pará para “averiguar o facto do acoutamento”.<sup>6</sup> Afinal, proteger escravos fugidos constituía-se em crime gravíssimo contra a propriedade e a ordem social escravista. E nesse caso, a trama que materializou o acoutamento e a sobrevivência dos cativos fugitivos entrelaçava, dentre outros, as próprias autoridades policiais que, ao fim e ao cabo, deveriam mesmo era zelar pelos interesses dos proprietários de escravos.

As fugas causavam um clima de tensão e temor tamanho (sobretudo se considerarmos o acoutamento e a rede de relações no nível acima tratado) que o *Estrella do Amazonas* não mediu esforços no sentido de louvar efusivamente o que chamou de “importante captura” dos sete escravos de Manoel Amanajás. Em comunicado publicado no dia 21 de março de 1860, declarava:

Todo o rigor na repressão de crimes d’esta ordem, que não só prejudicão os interesses da lavoura, como também a tranqüilidade pública, é pouca e por isso como escriptor imparcial muito louvamos a sua exa. pela destituição d’aquellas autoridades, e ao sr. dr. Chefe de policia pelas promptas e acertadas providencias para a captura dos referidos escravos.<sup>7</sup>

É certo que o caso de Ignez, Manoel e Felipe causou significativa conturbação na pacata Villa de Silves. Curioso destacar que no início da década de 1870, segundo o recenseamento geral do Império, a população total da vila era 3158 habitantes. Destes, 107 eram homens livres de cor parda; 19 eram homens livres de cor preta; 97 eram

---

<sup>5</sup> *Estrella do Amazonas*, 25/04/1860.

<sup>6</sup> Idem, 21/03/1860.

<sup>7</sup> Idem, Ibdem.



mulheres livres de cor parda; 17 mulheres livres de cor preta. A população escrava era composta por 19 almas: oito homens e onze mulheres. É possível destacar que um pouco mais de 8% da população da Villa de Silves possuía um fenótipo associado à escravidão. No entanto, menos de 1% dessa população é efetivamente escrava. Guardada as devidas limitações, ao considerarmos o quadro anteriormente delineado como sendo possível na década anterior, argumentamos, no limite, que o simples fato da prisão destes sete escravos impactou sobremaneira o cotidiano da vila.

Tal impacto pode ser percebido também na publicação de vários “rastros” de sua fuga e de sua captura no jornal *Estrella do Amazonas* em diferentes seções: **comunicados, anúncios, extratos de atividades do governo da província, seções policiais**. Vestígios como esses revelaram importantes aspectos da realidade dos escravos fugitivos. Noutras palavras, foi no esforço de cruzar informações e juntar fragmentos que pudemos recuperar parte da vida desses fugitivos, de suas experiências de luta e estratégias de sobrevivência nos mundos da escravidão na Amazônia.

O presente trabalho de iniciação científica guarda o objetivo de analisar criticamente as fugas escravas no Amazonas como parte integrante de um processo de lutas sociais sob os quadros de uma sociedade escravocrata, regida por lógicas de desigualdade, hierarquias e exclusões. O objeto primordial reside no esforço de construir perfis dos fugitivos, trabalhando com variáveis quantificáveis que emergem das próprias fontes, tais como sexo, cor, idade, origem, destino e qualidade da fuga (se individual ou coletiva). Nessa direção, buscamos apreender muito das realidades que afligiam os cativos do Amazonas Imperial.

O corpo documental utilizado neste trabalho compõe-se basicamente dos jornais que circularam periodicamente no Amazonas, durante o período de 1870 a 1888. Mais precisamente, os anúncios e as notícias de fuga e captura de escravos constituem-se em fontes preferenciais.

No entanto, na medida das possibilidades, utilizaremos fontes de outra natureza, tais como os Relatórios de Presidente de Província, os Relatos de Viajantes, os Ofícios da Secretaria de Polícia do Pará, Os Regulamentos da guarda policial e das cadeias públicas, bem como os Regulamentos que se encontram nas Coleções das leis da

província do Amazonas. Todo esse esforço tem como proposta o entrecruzamento de variadas representações e narrativas sobre os escravos e, desse modo, articular os dados para relacionar os perfis das fugas e dos fugitivos ao seu contexto sócio-histórico.

Segundo o historiador Flávio Gomes, as fugas escravas e a formação de comunidade de fugitivos apresentam-se como importantes formas de resistência escrava ao sistema escravista. Mais do que isso, as fugas figurariam como aspectos centrais na luta pela liberdade dos escravos no Brasil.

Entretanto, é possível afirmar que poucos são os trabalhos que levam em conta o argumento supracitado. E mesmo os trabalhos mais contemporâneos tratam as fugas escravas como atos sem significação política, uma vez que repetitivos – e por isso banalizados –, reduzidos à anomia e à alienação. Na verdade, esses trabalhos consideram, no máximo, os aspectos eminentemente econômicos da evasão escrava, concentrando suas reflexões na contabilidade dos prejuízos que os fugitivos acabam por acarretar aos cofres de seus senhores.<sup>8</sup>

Por outro lado, é possível delinear um quadro de reflexão historiográfica com contribuições bem mais ricas e positivas. Nessa direção, cabe aqui mencionar o trabalho seminal dos historiadores João José Reis e Eduardo Silva, intitulado *Negociação & Conflito. A resistência escrava no Brasil Escravista*, que aponta para uma reflexão mais sofisticada sobre as fugas escravas, enfatizando as complexidades do processo de evasão, no intuito de sair do campo de análise simplista e reducionista.<sup>9</sup> Noutras palavras, o argumento de Silva consiste em demonstrar que fugir exige a elaboração de estratégias das mais variadas possíveis. E a situação não muda depois de realizada a fuga. Manter-se fugido, a salvo do aparelho policial, dos capitães do mato, dos seus senhores, também é um problema que demanda as mais diferentes estratégias. Dentre as quais, trocar de nome, passar-se por forro ou Africano Livre foram bastante utilizadas.

---

<sup>8</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 74.

<sup>9</sup> SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.75.

Em última instância, a iminência da captura fomenta a elaboração de novas rotas, novos destinos e, por via de consequência, novas estratégias de se manter fugido, novas redes de solidariedade, entre outras.

Se a maior parte da historiografia brasileira, segundo Gomes, tem dedicado pouca atenção às fugas, para o Amazonas o quadro parece bem mais incipiente. Os poucos estudos enfatizaram apenas a baixa densidade da população escrava e a sua irrelevante contribuição na dinâmica da produção econômica da região. Este argumento ajudou a consolidar “uma das mais graves distorções na escrita da história do Amazonas”, segundo Luís Balkar<sup>10</sup>. A invisibilidade das populações africanas no presente é sistematicamente reiterada com o silenciamento que se faz sobre o passado dessas populações, sobre as trajetórias de escravos e africanos na historiografia local.

Segundo Arthur Reis, a inserção dos primeiros escravos africanos na Amazônia se dá nas últimas décadas do século XVI quando ingleses tentaram sem sucesso conquistar as terras no “extremo norte”.<sup>11</sup> Este cenário só irá mudar a partir de meados do século XVIII, com os incentivos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará, no âmbito das mudanças gestadas na administração do Marques de Pombal. A partir de então, a entrada da mão-de-obra africana passa a ser sistemática uma vez que se estabelece uma ligação direta entre os portos africanos e a Amazônia Portuguesa, na Praça de Belém. Primeiramente, os escravos desempenhavam atividades nas lavouras de cacau e, posteriormente, foram empregados nas atividades de agricultura e pecuária.<sup>12</sup>

Se comparados com as grandes lavouras, engenhos de açúcar, fazendas de café ou as áreas mineradoras, os números dos plantéis de escravos no Amazonas são sim, de fato, irrisórios. A título de exemplo, no censo geral do Império de 1872, o Amazonas é a província que menos possui escravos. Como lembra Patrícia Sampaio,

---

<sup>10</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. *Terra das águas* – Núcleo de Estudos Amazônicos – UnB, Brasília: Paralelo 15, 1999, p.149. APUD. SAMPAIO, Patrícia M. *Espelhos Partidos. Etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Tese de Doutorado – UFF, Rio de Janeiro, 2001.

<sup>11</sup> REIS, Arthur C. F. O negro na empresa colonial portuguesa. In: REIS, Arthur C. F. *Tempo e Vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Alberto Torres, vol. 03, PP. 143-156.

<sup>12</sup> FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 470.

mesmo a província do Mato-Grosso, penúltima no quesito quantidade de escravos, possui pelo menos seis vezes mais cativos que o Amazonas.<sup>13</sup>

No entanto, se por um lado já verificamos que há uma grave distorção na história da presença negra na região, por outro lado, é preciso chamar atenção para o fato de que a chave de análise das trajetórias de escravos africanos não reside no quantitativo, mas no aspecto qualitativo. De acordo com Patrícia Sampaio, a simples presença de escravos nos confins do império brasileiro levanta questões mais amplas que dizem respeito à “própria montagem e reiteração de uma sociedade escravista cuja lógica não se limita ao número de almas disponíveis nos planteis”. Seguindo com o raciocínio de Sampaio, o que se deve levar em conta é justamente a possibilidade de reiteração de “relações de subordinação e poder que dão vida ao próprio sistema escravista” que a simples presença desses indivíduos ativa<sup>14</sup>. Além do quê, segundo Carlos Bacellar, a historiografia desconsiderou a importância da chamada “escravidão miúda” obliterando as experiências de importante parcela da sociedade colonial, por exemplo. Buscando enfatizar as grandes lavouras monocultoras e os vastos plantéis, pouco se discutiu sobre o “uso restrito do escravo em pequenas unidades agrícolas, no comércio local, na tenda do artesão ou na casa da costureira.”<sup>15</sup>

É no conjunto dessas reflexões que se insere este projeto de iniciação científica que se apresenta com a proposta de analisar a realidade das fugas e dos fugitivos escravos no Amazonas Imperial compreendendo o período de 1872 a 1888. Para tanto, vale lembrar, buscaremos traçar os perfis das fugas e dos fugitivos, mapeando origens, destinos, idades, ofícios, cores; reconstruindo estratégias de solidariedade e de sobrevivência e, na medida das possibilidades, as estratégias senhorias de repressão às fugas.

O esforço deste trabalho incorpora-se às atividades do grupo de pesquisa HINDIAA (História Indígena e Africana na Amazônia). E está vinculado ao POLIS (Núcleo de Pesquisa em Política, Instituições e Prática Sociais). Para a elaboração

---

<sup>13</sup> SAMPAIO, Patrícia M. *Espelhos Partidos. Etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Tese de Doutorado – UFF, Rio de Janeiro, 2001. pp. 90.

<sup>14</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Teias da Fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Caicó: UFRN-CERES, v.3, n.6, out./nov. de 2002, p. 8

<sup>15</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A Escravidão miúda em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.239.

deste relatório final foram utilizados os dados coletados no periódico *Commércio do Amazonas*, abrangendo o período de 1872 a 1878, em um total de 3 anúncios sobre fuga escrava. Para elaboração de gráficos e tabelas agregamos os dados desta versão do projeto de investigação aos dados da versão anterior (intitulado *Outras faces da liberdade: fugas e fugitivos escravos no Amazonas Imperial, 1852-1871*), num total de 37 anúncios e 47 fugitivos.

## 2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O tema da escravidão africana no Brasil figura como um dos mais profícuos campos de investigação da historiografia brasileira contemporânea. Acompanhar essa produção vertiginosa torna-se cada vez mais algo impraticável. No entanto, seguindo a avaliação historiográfica de Flavio Gomes, é possível elencar três momentos distintos de estudos sobre a presença africana e suas experiências no Brasil.

O primeiro momento caracteriza-se por uma tentativa de compreender a escravidão em seus aspectos mais gerais. Trata-se de identificar a sociedade escravocrata em sua homogeneidade. Nessa direção, tais estudos dividiam a sociedade em dois blocos homogêneos. De um lado estariam “os senhores benevolentes” e, de outro, os “dóceis escravos”. O quadro que essa historiografia delineava era de absoluta harmonia entre esses dois personagens, banhada por uma áurea “tropical”, mesmo que dividindo diferentes palcos, qual seja a *casa grande*, a *plantation*, as grandes fazendas monocultoras. Toda a relação entre senhores e escravos no Brasil, segundo Gilberto Freyre, resumia-se a “certa suavidade – porque o Brasil nunca foi país de extremismos, tudo aqui tendendo a amolecer-se em contemporizações, a adocicar-se em transigências”.<sup>16</sup> Esse clima de relações “particularmente carinhosas entre gente senhorial e servil”, de que falava Freyre, serviu para legitimar a idéia existente de uma “escravidão branda” no Brasil. Ao fim e ao cabo, esse paradigma inviabilizou qualquer análise no sentido de esclarecer conflitos, tensões, divergências ou protestos dos cativos. Ao construir uma memória que esvaziava a escravidão no Brasil de conflitos e tensões, essa historiografia consolidava, no presente, a tese da “democracia racial” no imaginário coletivo da sociedade brasileira. Noutras palavras, a tese de um povo unido em torno da nacionalidade brasileira, pacífico, homogêneo, sem diferenças ou preconceitos raciais.

Esse estado de resignação conformada que atestava a “docilidade” do cativo, seria também resultado de uma “característica da raça”, mas também dos processos culturais decorrentes do próprio regime escravista que acabaria por se apoderar do

---

<sup>16</sup> FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Ed. Nacional, [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

negro causando-lhe, noutros termos, um estado de estupefação.<sup>17</sup>A falta de “dignidade e brio”, o “oco moral e emocional” seriam conseqüência das condições sociais sob as quais estava submetido o negro escravizado. Sobre a “destituição de vontade e decisão própria” do cativo, diz José Alípio Goulart o seguinte:

Tomava-se, antes, como um desmoronamento psicológico, provocado pela condição social de escravo ditado pelo servilismo institucional do regime, imposto pela conceituação jurídica de coisa, condições essas que, supunha-se, esvaziavam o negro, drenavam-no, esfrangalhavam-no; a bem dizer, castravam-no do ponto de vista moral.<sup>18</sup>

O final da década de cinqüenta demarca uma inflexão profunda nos estudos sobre a escravidão. O esforço de revisão que surge nesse contexto permitiu redimensionar os aspectos da escravidão benevolente e suave de Gilberto Freyre. Os estudos empreendidos primeiramente por Clóvis Moura e, logo a seguir, por José Alípio Goulart impactaram sobremaneira os estudos que difundiam a passividade do escravo negro, abrindo uma fissura na homogênea sociedade escravista que permitiu visualizar os movimentos de rebeldia e protesto dos cativos. Estes autores utilizaram uma proposta analítica que recorria a Marx e a Weber, enfatizando as mais variadas formas de protesto. No centro deste deslocamento estava o quilombo figurando como a forma de resistência ideal dos escravos. Disso resulta que toda a análise sobre rebeldia escrava passava necessariamente pelo destaque dos quilombos.<sup>19</sup>

Esse novo momento de interpretação da historia da escravidão no Brasil deseja trazer para o primeiro plano justamente a fibra e a dignidade do negro que se manifestaria de modo exemplar nos atos de rebeldia e protesto. Essas características seriam realçadas na medida em que se demonstrasse que o funcionamento do sistema escravista - mercenário e cruel – consistia na causa primordial de tal situação.

No entanto, ao se enfatizar a violência e a crueldade do regime escravista, acentuava-se por via de conseqüência, o caráter tão somente reativo das atitudes dos escravos. Esses atos de rebeldia – e também as fugas –, seriam apenas um produto da reação dos escravos às condições inumanas do cativo. Uma válvula de escape “da

---

<sup>17</sup> GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, INL, 1972, pp. 15-16.

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>19</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências Negras e Brasil escravista: questões e debates*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/santos.rtf>. Acesso em: 18 de dezembro 2009.

mais simples e pronta execução”. Para José Alípio Goulart, por exemplo, a fuga dos escravos significava muito mais o resultado das “terríveis condições de vida que se lhes impunham”. Os cativos uma vez submetidos às “condições terríficas” (ou seja, um rigoroso regime de trabalho no cativeiro, intensificação do trabalho visando o lucro excessivo, as humilhações e desumanidades que constantemente atingiam essas populações) eram envolvidos por uma “insuportável atmosfera de sofrimento, desencadeando, *pari passu*, processo mental elaborador de formas de rebeldia”. Menos um ideal de liberdade, a fuga e as formações de comunidades de quilombos consistiam em uma espécie de devaneio de “mentes conturbadas” dos cativos.<sup>20</sup>

Ao final das contas, é possível afirmar que esses dois momentos encerraram o escravo como um objeto; ora como escravo-coisa-passivo, na produção de Gilberto Freyre, ora como escravo-coisa-rebelde, na ótica de Clóvis Moura e Alípio Goulart. Este quadro permanecerá inalterado até finais da década de 1980, quando uma série de reflexões desvelou as carências dessas duas possibilidades de interpretação da história do Brasil escravista expostas acima.

Uma dessas carências de análise, já ligeiramente problematizadas alhures, foi o viés de interpretação economicista. O esforço sistemático de compreensão do escravismo enquanto um sistema econômico dotado de articulações e engrenagens estruturais acabou por reduzir os escravos à figura funcional de mão de obra. Por via de conseqüência, suas trajetórias e ações estariam absolutamente sujeitas às sevícias do sistema. Nesse sentido, o protesto escravo era encarado tão somente como um prejuízo econômico aos proprietários dos cativos fugidos – levando alguns autores a dispensar esforços na contabilização de tais prejuízos. Como sublinhou Alípio Goulart, as fugas escravas:

(...), acarretavam desastrosas conseqüências econômicas e sociais. O escravo era a mão-de-obra responsável por toda a produção, tirando da comercialização desta, o senhor, todas as parcelas necessárias à cobertura de suas obrigações comerciais, de seus compromissos industriais, de suas despesas sociais com os mesmos escravos, com seus familiares, com seus luxos, etc.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> GOULART, José Alípio. Opus Cit. p. 17.

<sup>21</sup> Idem, Ibdem, p. 35.



Cumprir enfatizar que dentro dos dois quadros teóricos apresentados até aqui, pouco (ou quase nenhum) espaço havia para os escravos enquanto sujeitos históricos. A escravidão branda de Gilberto Freyre e o escravismo cruel de Goulart diluíam os escravos, não oportunizando em suas análises as experiências e as formas básicas de relacionamento que perpassaram a vida de escravos africanos e descendentes no Brasil nestes três séculos em que vigorou a escravidão. Desse modo, as interpretações estariam simplificadas em uma dicotomia que ainda persiste no imaginário coletivo brasileiro, como aponta João José Reis em obra já citada. De um lado temos Zumbi dos Palmares, herói libertário detentor das insígnias da revolta radical; de outro, o Pai João, preto velho, do cabelo grisalho, carregando tranquilamente seu cachimbo, ostentando aquela docilidade e submissão conformada, como bem nos ilustra a nossa literatura infantil – Monteiro Lobato, a título de exemplo.

Nossa reflexão se distancia desses dois modelos interpretativos e se posiciona em um novo campo de análise que surge justamente do meio termo, digamos assim, de ambas as polaridades anteriormente problematizadas. Trata-se de encarar a oposição física radical e a submissão dócil como diferentes faces da mesma moeda: a resistência escrava. Este novo campo de reflexão surge em meados da década de 1980 e pode ser considerado, segundo Robert Slenes, como uma *revolução historiográfica* nos estudos sobre a escravidão no Brasil. O historiador Stuart Schwartz chama atenção para o movimento de reavaliação do passado da nação e do papel desempenhado pelas populações africanas e afro-descendentes na formação da sociedade brasileira que foi possível quando da comemoração do centenário da abolição da escravidão. Segundo Schwartz, durante pelo menos um ano *escravidão e raça* foram temas de debates e discussões tanto na academia quanto nos meios de comunicação:

A cobertura na imprensa foi abrangente, movimentos políticos procuravam mobilizar a consciência negra e alguns líderes negros se pronunciaram contra qualquer comemoração do que, na opinião deles, parecia um evento vazio, dado as desvantagens ainda sofridas pelos negros no Brasil. Não obstante, foram criadas inúmeras comissões nacionais para planejar uma série de eventos públicos e acadêmicos.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 21.

Como vimos, o centenário da abolição oportunizou uma avaliação profunda no sentido observar as três décadas anteriores de produção acadêmica sobre o tema da escravidão no Brasil. Oportunidade impar, também, para redimensionar o papel dos escravos em suas lutas pela liberdade e sobre o papel do protagonismo escravo nesse processo de desmantelamento da sociedade escravista.

A grande contribuição dessa *revolução historiográfica* foi, sem dúvida, a substituição de um paradigma “economicista” que debitava o fim da escravidão à falência do modo de produção escravista em vista do desenvolvimento crescente das relações econômicas de cunho capitalista. A substituição se deu, dizia, por uma visão “política” que passou a acentuar a destruição da instituição escravista como um resultado das lutas envolvendo sujeitos historicamente constituídos.<sup>23</sup>

Ao romper com o viés de análise econômico-determinista, e também com a via do paternalismo, estas novas interpretações visam iluminar os espaços de liberdade construídos, bem como analisar determinados padrões de relacionamento, espaços de resistência, todos em larga medida fomentados pelos próprios cativos desde os primeiros momentos do escravismo.<sup>24</sup>

Os estudos sobre a temática da resistência escrava suscitam uma intensa produção tanto no Brasil quanto no exterior. Contudo, polêmicas surgem desde os aspectos decorrentes das formas físicas e radicais de protesto (fugas, formação de mocambos e quilombos) até as mais cotidianas e sutis de resistência (roubos, sabotagens, assassinatos, seqüestros e suicídios). Aspectos sintomáticos de uma ampla, profunda e multifacetada resistência sócio-cultural destes agentes históricos.<sup>25</sup>

Com efeito, os conceitos de *negociação* e *protagonismo* serão imprescindíveis como instrumentos de análise das relações entre senhores e escravos, uma vez que um dos objetivos desta pesquisa é recuperar as lógicas que os próprios escravos impunham à sua realidade cotidiana e à dominação senhorial. Levando em consideração as limitações documentais, guardamos a pretensão de recuperar as

---

<sup>23</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed UNESP/Polis, 2005, p.18.

<sup>24</sup> REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.13.

<sup>25</sup> SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: Reis, João José & Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.62.

agencias dos escravos através desses espaços de resistência e liberdade por eles forjados.

É exatamente sob o amparo dessa nova perspectiva que se assentam as reflexões deste projeto. Compreendendo o escravo enquanto sujeito histórico construtor de suas próprias estratégias de *negociação* e *resistência*. Ou seja, indivíduos capazes, por exemplo, de articular as suas lutas com as de outros setores da sociedade; cruzando diferentes mundos; acionando as mais variadas formas de fazer política.

Lembra-nos Sidney Chalhoub que é preciso recuperar “esse tecido de significados e práticas sociais que politizam o cotidiano desses indivíduos em um determinado sentido, qual seja, a luta pela liberdade”<sup>26</sup>. Se levarmos este argumento ao limite, a proposta consiste em recuperar os sentidos de um processo dialógico, multifacetado, que destruiu a instituição escravista. Contudo, cumpre lembrar a ressalva de Flávio Gomes: “não se deve buscar, nesses protestos, significados inexoráveis de projetos teleológicos para destruir, de uma só vez, o regime de escravidão”, mas entende-los justamente como “processos contínuos de transformações das relações escravistas”. Noutras palavras, devemos estar atentos para não depositar nas fugas a finalidade última de solapar a escravidão sob os auspícios de uma liberdade idealizada, mas como uma das estratégias utilizadas pelos escravos para construir melhores condições de vida dentro do próprio sistema escravista.<sup>27</sup>

O recorte temporal em 1872 a 1888, leva em consideração duas conjunturas distintas. A primeira toma como referência os resultados da fase anterior do projeto que identificou para o período final da década de 1860 e início da década de 70 um decréscimo na quantidade de fugas. Na mesma conjuntura temos um contexto de crescimento das campanhas abolicionistas e o surgimento das sociedades emancipacionistas, comprometidas não só com os incentivos, mas também com o financiamento da compra de liberdade de cativos. O recorte em 1888 toma como referência o final da abolição no Brasil (13/05/188) e pretende investigar a hipótese de que o Amazonas pode ter sido destino preferencial dos fujões quando abole em seu

---

<sup>26</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.56.

<sup>27</sup> GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 22.

território a escravidão (10/07/1884) e com isso torna-se território livre, ou seja, o escravo que pisasse em seu solo tornava-se livre.

No sentido de continuar adensando o banco de dado sobre notícias de fuga e captura e de anúncios de fuga, bem como de construir uma serie coerente de dados no tempo, trabalharemos com os periódicos do acervo do CENDAP – Centro de documentação e apoio à pesquisa –, do PPGSCA (Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia). Os periódicos são os seguintes: *Comércio do Amazonas* (1872-1881), *Diário do Amazonas* (1874), *Jornal do Amazonas* (1878-1888).

Para a análise dos anúncios de fuga e notícias de fuga/captura serão utilizadas as técnicas de tratamento da Historia serial. Sinteticamente, o método consiste em construir uma série de dados, a partir de categorias que emergem das fontes, tais como, por exemplo, sexo, cor, nome, idade, origem/destino, data da fuga, entre outros. Importa perceber nas fontes elementos que se repetem para inseri-los em uma serie homogênea. Uma vez isto feito, há a possibilidade de uma análise não somente quantitativa, mas também qualitativa. Afinal, como já sugerido, o quantitativo não esgota a fonte. Para tanto, é preciso tomar os anúncios, os registros policiais como narrativas e identificar em seus formatos (estrutura do texto, linguagem, conteúdos e informações) outras representações da escravidão.

Gilberto Freyre foi o primeiro a utilizar os anúncios como fonte de pesquisa. Tratou dos anúncios publicados em diferentes periódicos do Brasil durante todo o século XIX sobre cativos que estavam em fuga ou em processo de venda. Esse pioneirismo metodológico se inicia nos primeiros anos da década de 1930, contudo, é somente no ano de 1963 que publica uma obra como resultado do trabalho com este material. Intitulado como *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, seu livro era o produto de mais de três décadas de pesquisas sobre os aspectos sociais e cotidianos da escravidão.

Seguindo as trilhas abertas por Freyre, temos os importantes trabalhos de Lilia Moritz Schwarcz e José Maia Bezerra neto. Schwarcz, por seu turno, e a titulo de exemplo, utilizou os jornais e os anúncios para desvendar as mutações do imaginário da sociedade paulista no que diz respeito à escravidão, buscando reconstituir “as varias

visões com que se falou sobre a condição negra”.<sup>28</sup>Ambos ajudaram a consolidar a utilização dos anúncios como fontes preferenciais de pesquisa no âmbito da história social da escravidão. No que diz respeito aos anúncios, a lingüista Helena Nagamine Brandão esclarece que eles retratam “pelas informações que fazem circular, pelas ofertas e procuras de produtos e serviços, o universo de objetos e preocupações presentes em um determinado grupo social de uma dada época”.<sup>29</sup>

Lilia Schawrcz orienta que os jornais devem ser entendidos como um “produto social”, ou seja, apreender em seu conteúdo textual a materialização e o corpo de um determinado discurso. E assim, compreende-lo como pleno de significados circunscritos a uma realidade que lhe valida e lhe dá sentido. Nessa direção, os jornais reiteram valores e visões de mundo. Por outro lado, jornais e anúncios acabam por se constituir, portanto, em produto e, ao mesmo tempo, em agente social, desvelando aspectos da vida da comunidade em questão. Dessa maneira, fica aberta ao historiador a possibilidade de visualizar na imprensa e nos anúncios as representações, imagens, cenários, discursos produzidos pela sociedade sobre os mundos da escravidão e, sobretudo, sobre os escravos.

Cabe lembrar a importante contribuição da lingüista Ana Josefina Ferrari. Seus estudos sobre anúncios de fuga levantam a tese de que é através “voz do dono” que se singulariza e individualiza uma imagem pública do escravo na sociedade escravista (de Campinas, no caso). Se, no final das contas, os anúncios não carregam a voz do escravo, entretanto, é exatamente no seu silêncio e na corporificação do seu gesto realizada pelo seu senhor nos anúncios que se identifica a sua individuação enquanto sujeito singular. Nas palavras da autora, “a fuga do escravo se constitui em gesto que se inscreve no simbólico provocando uma escrita (...). Assim, ao descrevê-lo, dá corpo, in-corpora o escravo de forma singular, dando-lhe uma dimensão outra: a de sujeito”.E vai além, quando afirma que nos anúncios ele, paradoxalmente, não aparece como objeto, mas sim como sujeito.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 15.

<sup>29</sup> BRANDÃO, Helena Nagamine. *Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: discurso e ideologia*. Estudos Lingüísticos XXXIII, São Paulo, pp.694-700, 2004.

<sup>30</sup> FERRARI, Ana Josefina. *A voz do dono – uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no Oeste Paulista entre 1870-1876*. Campinas, SP. Pontes Editora, 2006, p. 28. Ver

Para Jonas Queiroz, os jornais assumem extrema importância em regiões isoladas, afastadas do centro do Império brasileiro. Os periódicos de províncias com escassa representação política no parlamento imperial, como no caso do Pará e do Amazonas, tornam-se importantes ferramentas e espaços de discussão de questões e veiculação dos problemas pertinentes a população desta região. Outrossim, utilizando-se de certa modernização pelas quais passou a imprensa regional durante o século XIX, a população conseguia estar perfeitamente conectada aos debates e acontecimentos nacionais e internacionais. Como assinala Queiroz, os periódicos “pareciam conquistar cada vez mais prestígio entre os leitores, que depositavam neles boa parte de suas esperanças quanto à solução dos problemas que os afligiam”.<sup>31</sup>

Segundo a historiadora Maria Luiza Pinheiro, o aparecimento da imprensa no Amazonas está estreitamente vinculado às modificações político-administrativas que ocorreram em 1851, quando da elevação do Amazonas à categoria de província. Tanto é correta a afirmação que o primeiro periódico a circular na capital, como nos lembra a autora, se intitulava *Cinco de Setembro*, em uma clara alusão ao ocorrido. Além do quê, é somente a partir de tal evento que surge a primeira tipografia da cidade. No entanto, esse primeiro momento da imprensa amazonense que se estende até 1880, é caracterizado, pela mesma autora, como um momento embrionário. Segundo seus próprios termos:

Com a veiculação de um número bastante modesto de títulos, com uma qualidade gráfica precária, visível na presença marcante de folhas manuscritas e/ou impressas em pequenos formatos, na exigüidade de jornais diários, além da efemeridade da grande maioria desses periódicos. Foi um período de lenta expansão.<sup>32</sup>

O *Cinco de Setembro* logo mudaria de nome e passaria a se chamar *Estrela do Amazonas*. Passa a circular pela primeira vez na província e na cidade de Manaus (ainda Lugar da Barra) no dia sete de janeiro de 1852. Seus últimos exemplares,

---

também: FERRARI, Ana Josefina. *Nomes próprios de pessoa e descrição: estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de anúncios de fuga de escravos*. Campinas, SP: [s.n.], 2008. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas.

<sup>31</sup> QUEIROZ, Jonas Marçal. Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará. (1877-1888). In: QUEIROZ, Jonas Marçal & COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia, Modernização e Conflito (século XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, p. 84.

<sup>32</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Do jornal à academia: elites letradas e periodismo no Amazonas (1880-1920). In: *Amazônia em Cadernos*. Revista do Museu Amazônico/UFAM. Manaus, n. 7/8, 2001/2002, p. 145.

circularam pela capital do Amazonas em julho de 1863. Era um periódico semanal, tendo as quartas feiras como dia preferencial de publicação. Possuía quatro páginas, cada uma delas divididas em duas colunas com seções diversas.

A primeira destas se dedicava a fazer um apanhado das atividades administrativas da província. Como era uma folha paga para noticiar os atos do estado provincial, divulgava as informações que lhes dizia respeito. Do mesmo modo, todas as notícias vinculadas à figura do Augusto Imperador, de sua família, ou de ilustres da corte, também eram divulgadas no periódico. Suas determinações, ocupações, viagens, debates e discussões; todas as atividades não passavam despercebidas do periódico. A seção seguinte noticiava as atividades dos governantes locais, apresentando os ofícios das repartições administrativas espalhadas pela província. Os ofícios e as decisões tomadas pelo presidente eram apresentados em **extratos**. De igual modo, as discussões dos deputados e representantes das elites locais. E, por fim, a comunicação existente entre os estados provinciais do império – sobretudo entre o Amazonas e as províncias do Pará e Maranhão – com o governo central no Rio de Janeiro. As demais seções eram dedicadas a **editais, comunicados, variedades, registros policiais e anúncios** ou **avisos** em geral.

Características parecidas terão esses periódicos de caráter mais oficioso, como é o caso do *O Catechista*. Embora seguisse o mesmo perfil, o dito periódico pretendia ser mais crítico, independente e imparcial ao veicular os problemas da província. Sinalizava para a responsabilidade de ser “franco” e “apartidário”. No comunicado de 14 de março de 1869, diz o seguinte:

O Catechista repete ainda uma vez que [não] tem partido. Algumas vezes tem sido acusado de uma linguagem dura em seus artigos de fundo, e de algum excesso de franqueza na apreciação dos factos; pode isto ser um defeito, mas é assim que compreendemos a missão de escriptor publico. Para que refulhos, rodeios, ou metáforas quando escrevemos para que todas as classes da sociedade nos entendão?<sup>33</sup>

Por seu turno, o jornal *O Comércio do Amazonas* tem uma trajetória cheia de interstícios. Por iniciativa de Gregório José de Moraes, passou a substituir o periódico “Mercantil” em 15 de agosto de 1869 até que sofreu a sua primeira suspensão em junho de 1884. Como o próprio nome já sugere, o periódico possuía um estreito vínculo com

---

<sup>33</sup> O Catechista, 14/03/1869.

questões do mercado, questões de fundo econômico e comercial. Em contrapartida, como um jornal de seu tempo, guardava o mesmo desejo dos demais periódicos de contribuir com o progresso da província e civilização de sua população. Em correspondência publicada em 25 de dezembro de 1870, *O Comércio do Amazonas* pedia aos céus pelos destinos da Villa de Serpa, tomada por festejos africanos que embriagavam de alegria as próprias autoridades policiais, dizendo:

Estamos na epocha das pêtas, e da reunião do povo na Villa. Esta lhe escrevo ainda impressionado com o estampido do Gambá essa manifestação própria de alegria dos africanos que nos transmitirão as gerações antigas. Valha-nos Deus já que a policia applaude immovel esse acto que faz retroceder a nossa civilização.<sup>34</sup>

Como já argumentamos, no entremear de seções e notícias oficiais, podemos desvelar tanto os aspectos do cotidiano da escravidão na província do Amazonas quanto as *representações* desta instituição na cidade de Manaus e outras vilas. É possível também, recuperar os entrelaces que as vidas de escravos estabeleciam com as vidas de atores de outros setores da sociedade local naquele período, entre conflitos e solidariedades, restituindo os sentidos políticos das vivências escravas e africanas na região.

---

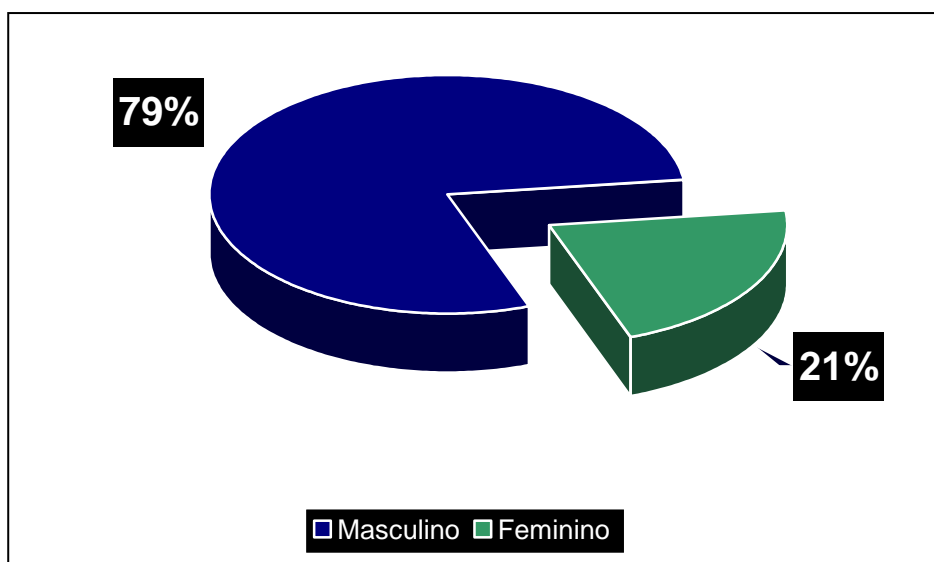
<sup>34</sup> *O Comércio do Amazonas*, 25/12/1870.



### 3. Dos perfis dos fujões.

A maioria dos escravos que fogem é do sexo masculino. Tendência já apresentada na versão anterior deste projeto e que vem se confirmado desde então. No entanto, é possível perceber um leve aumento no percentual que agora passa a residir na casa dos 79%, conforme o gráfico 01:

Gráfico 01  
Sexo dos Fugitivos



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870-1878).

Ao passo que nos parece expressivo o numero de 21% de fugas femininas, parece pouco prudente afirmar que homens fugiam mais que mulheres. Faz-se imperioso levar em consideração o fato de que a quantidade de mulheres trazidas como escravas de África fora durante todo o tráfico proporcionalmente menor. Lilia Schawrcz nos alerta para a inviabilidade de leituras preconceituosas que debitam a menor quantidade de fugas de mulheres às “fragilidades do sexo”. Não tanto quanto os homens, mulheres possuem laços mais fortes com seus filhos, o que faz das fugas uma aventura um tanto perigosa para a vida de seus rebentos. Mesmo porque, crianças

pequenas (ou de colo) dificultam ainda mais as locomoções e, desse modo, as dificuldades da fuga.

No entanto, as fugas femininas parecem ter um sentido claro: estabelecer laços familiares e afetivos. No dia 19 de fevereiro de 1861, a escrava Benedita fugiu da cidade de Óbidos, interior da província do Pará, unindo suas experiências de cativo ao mulato de nome Francisco de Souza Lima, soldado desertor. A escrava Joaquina, de 18 anos, “gorda, bem parecida e muito faladeira” não fez diferente. Fugiu com o desertor da escuna do senhor França, o índio de nome José Maria, natural da vila de Ega, às 8 horas da noite da casa de seu senhor na rua Brasileira, cidade da Barra, capital da província do Amazonas. Esses mundos que se cruzam desvelam o entrelaçar de experiências de luta distintas. De um lado, uma escrava bastante jovem que muito provavelmente desempenhava serviços domésticos e tagarelava em vendas pelo mundo urbano de Manaus; e de outro, um indígena impelido ao trabalho compulsório no mundo marítimo, nas rotas dos rios e igarapés do mundo amazônico.<sup>35</sup>

Outros motivos também nortearam as fugas das escravas da região. Pode-se imaginar o estado de estupefação em que ficou o senhor Manoel José de Macedo ao saber que sua escrava “já avançada em idade” havia fugido. Sem poder dar muitas pistas sobre a escrava Thereza ou mesmo explicar os meios e as razões de sua fuga, o senhor apenas apelava aos “termos da lei a quem der coito” e prometia gratificações a quem oferecesse notícias e pistas de onde ela se achasse.<sup>36</sup> Escapar de cem açoites parece ter sido o motivo que levou a fuga da escrava de Joaquim Pinto das Neves. Tanto que ele se preocupou em avisar em comunicado no jornal aqueles que se aventurassem a comprar ou negociar com a escrava Benedita e depois viessem lhe cobrar algum tipo de prejuízo em decorrência da execução da pena. Três meses depois Benedita é presa e condena aos cem açoites por ordem do delegado de polícia.<sup>37</sup>

É possível afirmar que as mulheres escravas davam algum trabalho às autoridades policiais da província do Amazonas. No rastro de escravas fugidas estavam os Inspetores de quartirão das áreas dos subúrbios da cidade de Manaus em março de 1864. Entre pedidos e rogos de Manoel Thomaz Pinto, os inspetores estavam

---

<sup>35</sup> Estrella do Amazonas, 20/02/1861, 27/10/1855.

<sup>36</sup> Estrella do Amazonas, 19/03/1862

<sup>37</sup> O Catechista, 14/11/1863.

imbuídos da tarefa de recuperar a escrava de nome Izabel que no dia 6 de março “ausentou-se da casa” do seu senhor.<sup>38</sup> A escrava Lucrezia também achou de “andar vagando pelos subúrbios dos Remédios” e seu senhor, Manoel José de Souza, oferecia recompensas pela captura e entrega da escrava em sua propriedade na rua brasileira e protestava contra algum acoutamento.<sup>39</sup>

O protesto do senhor Manoel José de Souza “contra quem a tiver acoutado” não nos parece algo fortuito ou apenas uma frase solta que acompanha um formato padrão dos anúncios de fuga de escravos no século XIX, mas um forte indício de uma prática corriqueira na província do Amazonas. Mesmo porque, as fugas de escravos para áreas suburbanas de cidades não eram raras. Lugar de sociabilidades, mas também de intenso trânsito de vendedeiras, lavadeiras e quitandeiras. As mulheres escravas, desempenhando essas atividades, acabavam por desfrutar de certa liberdade e autonomia. Uma vez conhecedoras dos liames de ruas e vielas que cortavam o emaranhado da cidade, poderiam, inclusive, auxiliar fugitivos, potencializar a circulação de informações e melhor articular possíveis insurreições escravas. Flavio Gomes é enfático quando argumenta serem as mulheres os primeiros agentes da emancipação de afro-descendentes na diáspora: “elas são decisivas para as fugas, obtendo informações, providenciando suprimentos e prestando toda sorte de auxílios”.<sup>40</sup>

Já se chamou a atenção para os estreitos laços que mulheres escravas estabelecem com seus filhos. A fuga de Ignez e seus filhos parece ser exemplo de uma estratégia utilizada por escravos para a manutenção dos laços familiares. A escrava Genoveva, ao que tudo indica, não fez diferente quando fugiu para a província do Amazonas. O anúncio de sua fuga possuía uma observação curiosa do senhor, o proprietário Francisco Bernardo da Silva, que em uma nota separada expunha sua orientação para a captura de sua cativa ao dizer que “suppoem hoje ter filhos”.<sup>41</sup> Sintomas de uma autonomia, o estabelecimento da instituição familiar por vezes era

---

<sup>38</sup> O Catechista, 26/03/1864.

<sup>39</sup> Estrella do Amazonas, 19/09/1860.

<sup>40</sup> SOARES, Carlos Eugenio Líbano & GOMES, Flávio dos Santos. Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Bahia do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Ed UFF, 2007, p.192.

<sup>41</sup> Estrella do Amazonas, 19/09/1860.

utilizado pelos senhores com o intuito de dificultar rebeliões e controlar os descontentamentos dos cativos.

Entretanto, a desintegração de famílias inteiras através da vendas não era um fenômeno raro no sistema escravista. As próprias vendas de escravos no bojo do tráfico interprovincial esfacelavam redes familiares abrangentes, mas, por outro lado, acabavam por incitar fugas no sentido de recompor esses laços outrora destroçados. José Ipiranga, de 32 anos, escravo de José Joaquim Pinto de França, morador da Vila de Serpa, fugiu levando consigo seu filho também escravo de nome Cipriano, de 13 anos de idade.<sup>42</sup> Nos parece muito evidente que José tenha protegido seu filho não só de uma possível venda, mas também das agruras da escravidão. Nessa direção, não é tão absurda a hipótese de que Ignez tenha fugido com os seus guardando motivações semelhantes, ou seja, a proteção contra uma eventual desarticulação familiar ou ainda a busca por alguma autonomia nas maneiras de educar e sobreviver com seus filhos.

O estabelecimento de laços familiares e afetivos se constituiu também como importante estratégia de adaptação ao cativeiro. São essas relações que melhoram as condições de vida dos escravos dentro de um sistema excludente e hierarquizado tal qual o escravista. Talvez por isso, a faladeira Joaquina tenha fugido das propriedades de Antonio José Lopes Braga na rua brasileira com o índio desertor José Maria, nas surdinas madrugadoras da noite no dia 21 de outubro de 1855, trajando vestido de chita roxo e camisa de riscadinho cor de rosa. Não fez diferente o escravo João Mulato que fugiu nas primeiras horas do dia 26 de março de 1856, com sua parceira de nome Alexandrina rumo ao Rio negro, lugar onde crescera, no caminho das fronteiras da província, como temia seu senhor. Ainda seguindo as trilhas da paixão, nos rumos da vila de Maués fugiram os escravos Hypólito e Maria, “crioulos retintos”, cativos da viúva Dona Maria Rozalina da Guirra. Trajetórias diferenciadas de uma mesma preocupação estratégica: a união familiar.<sup>43</sup>

Os dados coletados vêm confirmando uma característica importante no que diz respeito à natureza das fugas. Conforme o gráfico 02, um pouco mais da metade das fugas se dá individualmente.

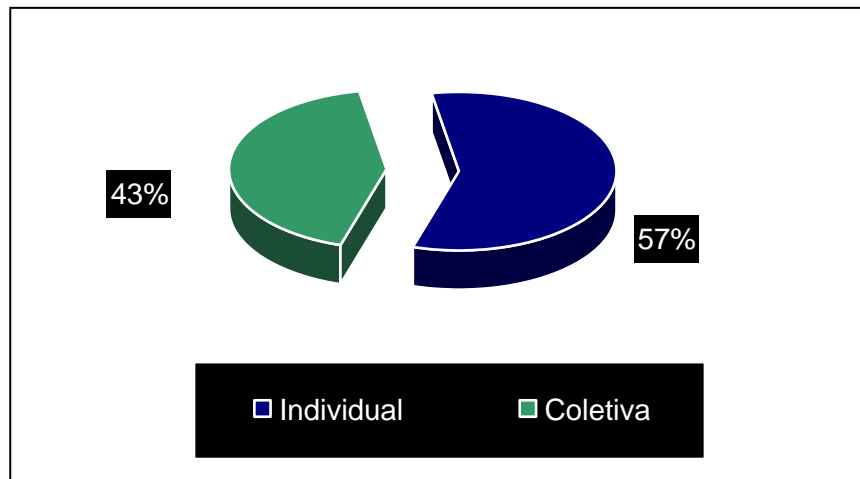
---

<sup>42</sup> Estrella do Amazonas, 29/04/1857.

<sup>43</sup> Estrella do Amazonas, 27 de Outubro de 1855; 22 de Maio de 1858; 20 de fevereiro de 1861; 6 de abril de 1861, respectivamente.

Nesse caso, acreditamos que essas fugas individuais configuram-se como resultado das negociações entre senhores e escravos, já que ela caracteriza um rompimento individual, um confronto direto entre proprietário e cativo, a chamada *petit marronage*. Por outro lado, é possível afirmar que nem sempre as fugas individuais são rompimentos definitivos dos escravos com seus senhores, mas parte integrante dessas negociações. Não por acaso é a enorme frequência de prisões de escravos por motivos relacionados à fuga como “por andar fugido” ou “a requisição do senhor”, verificada na versão anterior deste projeto.

Gráfico 02  
Natureza das Fugas



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870-1878).

Cumpramos enfatizar o significativo número de 43% para as fugas coletivas. Desse modo, é possível argumentar a grande frequência de fugas envolvendo grupos de escravos, sintomática das redes de solidariedade e sobrevivência que os cativos estabeleciam não só com outros cativos, mas também com indígenas, Africanos livres e livres africanos, e ainda com os brancos pobres que perambulavam pelos espaços urbanos – forjando espaços de experiência e vivências das classes subalternas da região. Cabe a ressalva de que não encontramos nenhum grande grupo de escravos nas fugas da província do Amazonas, como parece costumeiro nas evasões realizadas

nos grandes planteis de fazendas monocultoras do restante do Império. Talvez o grupo de Ignez tenha sido o de maior quantidade de cativos que encontramos.

Mesmo assim, não podemos subestimar as fugas que como as de João Mulato caracterizam as evasões coletivas da região. A primeira delas que se tem notícia acontece na cidade do Pará na madrugada do dia 26 de março de 1856 na companhia de Alexandrina. Segundo as informações contidas no anúncio, seguiram para o Rio Negro, lugar onde João foi criado.

Dois anos depois ambos foram presos no Rio negro, como desconfiava o senhor. João foi remetido para a cadeia da capital juntamente com outro preso de nome José Paulino, também escravo, apelidado de Macaçar, enquanto que Alexandrina ficou nas proximidades do destacamento de Xibarú para ser vendida.

Não demorou muito para que os escravos fugissem. Dias depois de sua prisão os dois escravos se valeram de uma “montaria toda pintada de verde”, que pertencia a um mestre carpinteiro de nome Funfão e fugiram.

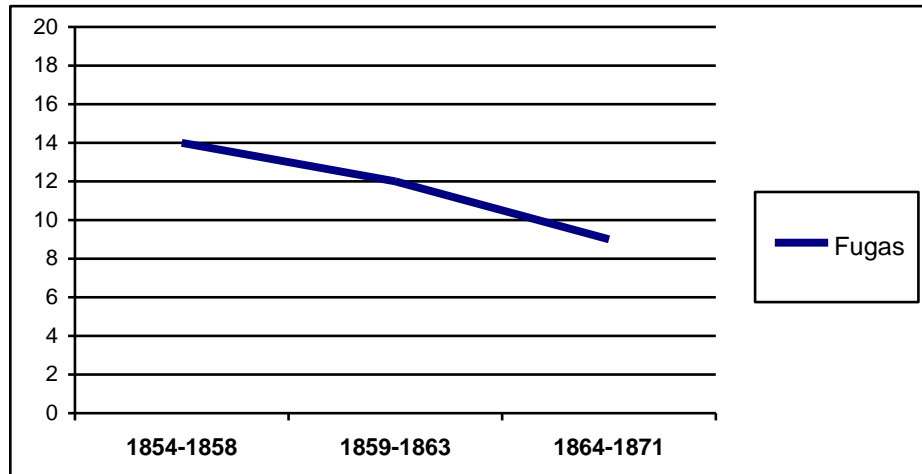
As experiências de José e João constituíam parte de seus horizontes possíveis naquele momento de fuga. O anúncio presumia que os fugitivos teriam seguido ou pelo Rio negro, lugar de vasto conhecimento de João e onde possivelmente ainda estaria Alexandrina prestes a ser vendida, ou para o Rio Madeira, lugar onde José bem conhecia da época em que esteve por lá fugido “com o nome suposto” de Antonio Paulino.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Estrella do Amazonas, 16/04/1856; 22/05/1858.

Gráfico 03:

Demonstração da quantidade de fugas no período de 1854-1875



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870-78).

Como demonstra o gráfico 03, utilizando os anúncios de fuga escrava para um período de 15 anos, pelo menos 10 escravos permaneceram em fuga. Número significativo se levarmos em consideração a densidade de cativos da maioria das freguesias da província matriculados no censo de 1872. A cidade de Manaus em 1872 possui 628 cativos. Tomando este número como referência, para o mesmo período proposto anteriormente temos um percentual com mais de 1% de escravos em fuga. O gráfico também demonstra que à medida que se apresenta a década de 1870 o número de escravos fugidos cai vertiginosamente. É o momento de crescimento das campanhas abolicionistas e emancipacionistas por todo o Brasil, de acordo com a historiografia. Provino Pozza Neto em dados apresentados em relatório recente demonstra um crescimento importante na frequência de cartas de alforria na província do Amazonas na década de 1870 e ressalta as relações que tal fenômeno possui com os “impulsos vigentes, cada vez mais em voga, da causa emancipadora”.<sup>45</sup>Mais de cem escravos conquistaram a liberdade com a concessão de alforrias nas décadas de 1860

<sup>45</sup> POZZA NETO, Provino. Para além das fugas: um estudo sobre as alforrias no Amazonas Imperial. Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFAM, Relatório Final, Agosto/2008.

e 70. O que pode explicar a diminuição acentuada na quantidade de fugas no mesmo período trabalhado neste projeto.

Tabela 01: Distribuição por idade

<b>Faixas Etárias</b>	<b>Escravos (%)</b>
<b>0 – 20 anos</b>	<b>22,6</b>
<b>21 – 30 anos</b>	<b>51,6</b>
<b>31- 40 anos</b>	<b>19,35</b>
<b>+41</b>	<b>6,45</b>

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870-1878).

Outro dado importante coletado nos anúncios refere-se à idade. Ainda que tenhamos registros de pequenos cativos que simplesmente “desapareceram” pela manhã e escravos de “idade já avançada”, a fuga foi preponderante entre os escravos da faixa de 21 a 40 anos, conforme a tabela 01. Importante porque esses números seguem uma constatação da historiografia para outras regiões do Brasil que sinalizam para a preponderância de fugas na mesma faixa. Ou seja, escravos do sexo masculino, em plena idade produtiva, gozando de plena força física, buscavam os horizontes da fuga.

Os dados da tabela 02 revelam a diversidade dos ofícios dos fugitivos e compreendem desde as atividades de negociante, passando pelos oficiais de carapina, oleiro, pedreiro até o ofício de vaqueiro. Mas esta diversidade pode nos tirar a atenção para o fato de que praticamente todos estes desempenham atividades de ofícios especializados.

<b>Profissão/Ocupação</b>	<b>Quantidade</b>
---------------------------	-------------------



Tabela 02:  
Profissões dos

Ferreiro	1
Negociante	1
Of. Calafate	1
Of. Carapina	1
Of. Oleiro	1
Of. Pedreiro	1
Padeiro	1
Pedreiro e Carpinteiro	2
Vaqueiro	1
Tipógrafo	1

Ofícios e/ou  
fugitivos

Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870-1878).

Segundo Márcia Amantino, a aprendizagem de um ofício especializado poderia interferir sobremaneira na qualidade de vida do escravo. Mais que isso, a qualificação profissional elevava o valor do cativo e, em decorrência, seu tratamento poderia ser diferenciado, colocando-o em melhores situações de trabalho e condições de vida do que os cativos da massa escrava sem ofícios especializados.<sup>46</sup>No dia 29 de janeiro de 1856, o oficial de pedreiro, preto crioulo, na faixa dos 26 a 28 anos, de nome Martinho, fugia das propriedades de seu senhor na Cidade do Pará com destino a Província do Amazonas.<sup>35</sup>No dia 27 de julho de 1856, os africanos ferreiros José de “fala grossa e precipitada” e Manoel, careca, barbado e “fala atrapalhada”, fugiram de Marcos Antonio Rodrigues de Souza.<sup>36</sup>Os escravos Cloudino e Amandio de Felix Gomes do Rego e

---

<sup>46</sup> AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” - 1825 a 1832. *Lócus Revista de Historia*, Juiz de Fora, v.12, n.12, 2006, p.65.

<sup>35</sup> *Estrella do Amazonas*, 7 de Maio de 1856.

<sup>36</sup> *Idem*, 2 de Agosto de 1856.

Felisberto José Tavares fugiram da Vila de Óbidos no dia 17 de junho de 1854 levando suas ferramentas de pedreiro e carpinteiro – contavam decerto com suas especializações para a sobrevivência longe do cativo.<sup>37</sup>

Mesmo que não tenham sido citados como ofícios especializados, os tocadores de viola não podem ser silenciados, pois como cantadores e tocando cantigas não seria difícil se distrair e ganhar a vida. Assim fizeram os escravos Diniz e Boaventura, propriedades de Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso. Diniz, segundo o anúncio, era “alto, magro, rosto cumprido e pouca barba”, falava explicado, tinha nódoas pretas nos dentes da frente, coisa que não lhe encabulava, visto que além de bom orador “é muito dado a tocar viola”. Fugiram em setembro de 1867 e além de um baú, da roupa “de seu uzo”, de uma “arma do rio branco”, levaram o “instrumento que aquelle toca”.<sup>47</sup>

Como demonstra o Gráfico 04, a maioria dos escravos foge de locais da Província do Amazonas. Ao todo são 32 fugas originadas nesta Província e 25 delas se originam na cidade de Manaus. Os 15 fugitivos restantes se deslocam da Província do Pará e do Maranhão. De imediato podemos destacar um quadro bastante multifacetado no que diz respeito às localidades de origem de fuga, bem como as impressionantes distâncias sob as quais as rotas das fugas dos escravos se efetivavam, neste quadro que se conforma e que os cativos estavam dispostos a enfrentar.

É possível perceber certo equilíbrio na quantidade de fugas entre as Vilas de Óbidos, Vila da Cachoeira do Marajó e a capital – a Cidade do Pará. Cabe lembrar que essa região do baixo Amazonas, nas áreas ao longo do rio Tocantins e seus afluentes, foi de extrema importância no desenvolvimento da lavoura canavieira, entre “engenhos e engenhocas”, e lugar de intensa presença africana no período colonial e imperial. Desde o século XVIII existe nessas regiões “uma tradição quanto à formação de mocambos, comunidades de fugitivos e desertores e a constituição de um campesinato negro”, bem como uma mobilidade muito grande dessas micro-sociedades, talvez por consequência da própria lógica das atividades extrativas e comerciais.<sup>48</sup>

---

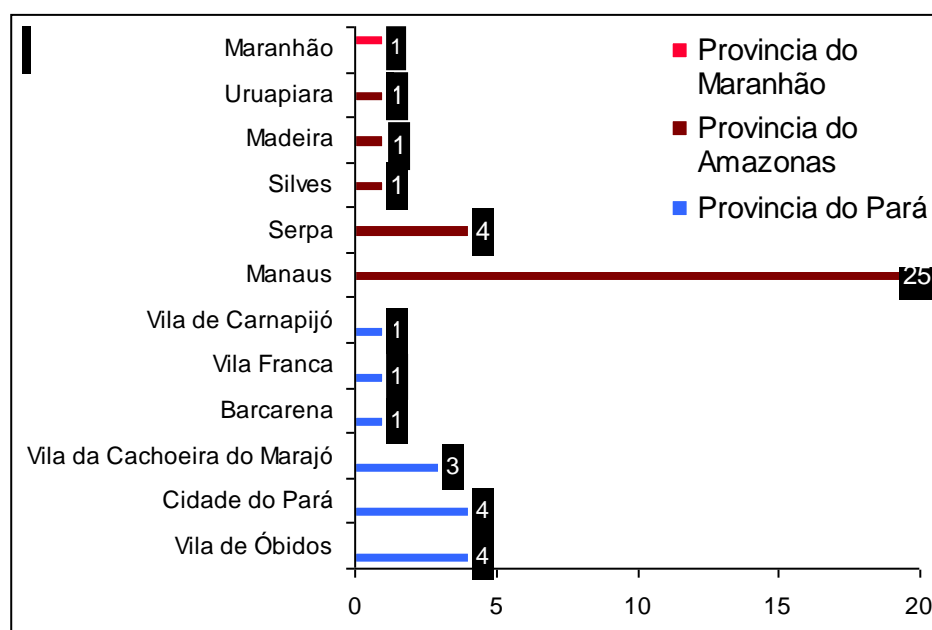
<sup>37</sup> Idem, 18 de Julho de 1854.

<sup>47</sup> Jornal do Rio Negro, 27/09/1867.

<sup>48</sup> GOMES, Flávio. “No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. In: *Historia Unisinos*, vol. 10, n.3, setembro/dezembro, 2006.

Por outro lado, é preciso salientar que o Amazonas responde por quatro pólos de origem de fugas (Silves, Serpa, Urupiára e Manaus) e que a freguesia de Serpa, depois de Manaus, é a segunda em quantidade de escravos no censo de 1872. Talvez isso ajude a explicar a quantidade de fugas originadas nesta vila. A província do Pará, por seu turno, responde por seis pólos de origem de fuga.

Gráfico 04: Local de origem da fuga



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrela do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870-1878).

Não menos importante é o surgimento nesta fase do projeto de uma fuga originada no Maranhão de um escravo de nome Gabriel. O deslocamento de proporções continentais aponta para rotas extensas, sólidas e de intensas interações. Afinal, sair de um lado do império para os seus confins requer, no mínimo, consistentes redes de solidariedade e certa bagagem de experiência para vencer distâncias tão hostis.

A fuga do escravo Gabriel pode nos esclarecer melhor alguns problemas sobre questões pertinentes à discussão das fugas que se inserem em um contexto de

produção e reflexão historiográfica internacional. Por exemplo, o tráfico de escravos e as rotas de fugas suscitam problemas que envolvem a diáspora africana e que abarcam o atlântico.

Gabriel fugiu da capital da Província do Maranhão em 7 de dezembro de 1873. Tinha mais ou menos 20 anos e já sabia ler, escrever e desenhar. Trabalhava como escravo alugado na tipografia do jornal Paiz. Segundo seu senhor, possuía pelo menos três destinos possíveis, a saber, as Províncias do Amazonas e do Pará, e ainda, se “não ser boato de propósito espalhado”, a cidade de Lisboa. O “boato” parece um indício revelador da existência de uma rede de camaradagem responsável por despistar os destinos do fugitivo e, conseqüentemente, confundir as estratégias de captura do senhor de Gabriel.

Mas é possível esmiuçar ainda mais as possibilidades que o fugitivo Gabriel nos apresenta. O seu anúncio revela bem mais que uma fuga com rota de dimensões continentais. Revela, ainda, a região Amazônica enquanto área de fronteira.

O cativo do Maranhão entendia “alguma coisa de francez”. O que isto pode significar? Desde o século XVIII, as autoridades coloniais das Capitanias do Rio Negro e do Grão-Pará temiam que os seus escravos entrassem em contato com as informações sobre as revoluções que ocorriam no Caribe e na Europa. Isto porque, tais capitanias divisavam território com as Guianas Francesas, mas também com territórios sob domínios espanhol, inglês e holandês e, entre Caiena e as capitanias da Amazônia, “havia uma constante movimentação de fugas de escravos e formação de quilombos”.<sup>49</sup>

Por outro lado, havia uma constante preocupação militar. Toda a ocupação na Amazônia possuiu um caráter político estratégico. Ao passo que se tentava estabelecer na região vários tipos de exploração econômica, construía-se uma barreira humana contra holandeses, ingleses, franceses e espanhóis. É nesse período que se desenrolam vários tratados internacionais com vistas a estabelecer tais limites, mas que tomavam outros contornos diante de intenso tráfego de indígenas, escravos fugidos e marinheiros desertores, configurando um “complexo cenário de disputas coloniais,

---

<sup>49</sup> GOMES, Flavio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial. *Revista da USP*, São Paulo, n.28., p.46.

principalmente nas áreas do Rio Negro, Madeira, Solimões, Rio Branco, Tapajós e Amapá”.<sup>50</sup>

Dentro desse contexto de conflitos territoriais e diplomáticos que se insere a Província do Amazonas, localizada nos confins do Império Brasileiro, lugar de intenso trânsito de pessoas, bens e mercadorias – sobretudo sua capital que em meados do século XIX assume a função de entreposto comercial na Região.

Dessa maneira, atentos a conjuntura política internacional, os escravos das Províncias do Norte do Império não só formavam um cenário de circulação de informações sobre as discussões que envolviam o fim do tráfico, a abolição da escravatura no território francês e nas colônias francesas, os levantes de escravos que aconteciam em outras colônias nas Américas, as lutas de independência na Venezuela; mas também elaboraram uma rede de intercâmbios entre mercadores, mocambeiros e etnias indígenas diversas na Amazônia Brasileira e suas fronteiras<sup>51</sup>. É possível afirmar que Gabriel aprendeu “alguma coisa de francez” justamente nesse cotidiano de circulação de mercadorias, informações e experiências de luta e resistência contra o domínio senhorial nos mundos da escravidão nas Américas.

A fuga de Hygino pode esclarecer algo mais. Entre o rio Solimões e o Purus, no chamado lago da Salsa, fugiu dos negociantes Avelino Guimarães e Francisco Correia de Miranda, um índio de nome Hygino Pires Gomes, nascido no Janucá. O anúncio do jornal *A voz do Amazonas*, de 24 de março de 1867, dizia que dentre as coisas que levou da tripulação, estava: “uma montaria possante, um bahú pertencente a Avelino, contendo uma porção de roupa e uso, um revolver de 5 tiros (...); um outro bahú pertencente a um boliviano, duas armas, uma patrona de lona encerada”. Para ajudar com tantos “objecttos”, o índio Hygino contou com “um menor carafuz, filho do Perú de nome Rozario”.<sup>52</sup>

Compartilhando experiências históricas, o indígena Hygino e o cafuzo peruano Rozario, dominavam a floresta, mundo em que as dificuldades poderiam ser tão duras

---

<sup>50</sup> GOMES, Flavio. Etnicidade e fronteiras cruzadas nas Guianas. In: *EAVirtual*, nº 2, p.46.

<sup>51</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão Pará, 1840/1860. *Topói*, Rio de Janeiro, 2001, p.83.

<sup>52</sup> *A voz do Amazonas*, 24 de março de 1867.

quanto às do mundo escravista para os desavisados. Por outro lado, esses sujeitos acionavam uma tradição de mobilidades e rotas de aldeias e mocambos de indígenas fugidos da inserção compulsória ao trabalho, existente desde os tempos coloniais. Segundo Gomes, desde o século XVIII, nas águas do rio Solimões, existia um intenso comércio entre diversas tribos, onde houve contatos com missionários espanhóis e colonos europeus nas fronteiras com a Guiana Francesa, ao passo que “existia mesmo, uma tradição indígena de migração e mobilidade”.<sup>53</sup>

Em agosto de 1858, os escravos Pedro e Aprígio fugiram da Vila da Cachoeira do Marajó; o primeiro era “hum preto crioulo, official de carpina, idade 30 annos se tanto” e o outro “he padeiro também lê alguma cousa, he alto tem falta de hum ou doius dentes na frente e alguns sinais nas costas de castigo que soffeo”. Os dois cativos fugiram se valendo de uma montaria grande e a rota que pretendiam seguir era “ir pelo rio negro para Hespanha”. Se por um lado os contatos com as diversas nações indígenas e as constantes fugas com destino às Guianas e territórios sob domínio espanhol, entre outras – e vive versa –, permitiram aos mocambeiros e fugitivos escravos obter informações sobre conjunturas políticas envolvendo protestos em várias localidades e interagir com rebeliões de escravos por toda a América, configurando o que Flávio Gomes chamou de bumerangues africanos<sup>54</sup>; por outro, as fugas e suas rotas permitem compreender as variadas políticas escravistas de controle social agenciadas pelos senhores que atingiam os espaços urbanos: casas, bares, praças, subúrbios e outros mais espaços de socialização forjados pelos grupos escravos. Como assinala Gomes, nesses mundos confluiriam mundos africanos, crioulos, indígenas, setores livres pobres e escravos.<sup>55</sup>

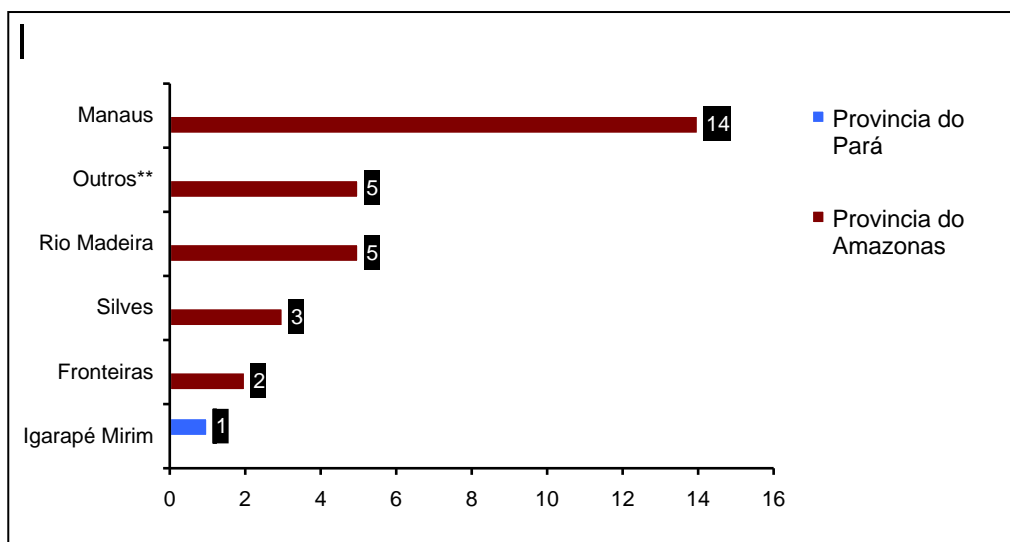
---

<sup>53</sup> GOMES, Flávio. Etnicidade e fronteiras cruzadas nas Guianas (séculos XVIII-XX). In: EAVirtual, nº 2, p. 40.

<sup>54</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial. *Revista da USP*, São Paulo, n.28, pp.40-55. Ver também o artigo que inspirou a elaboração de Gomes do conceito de bumerangues africanos de LINEBAUGH, Peter. Todas montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de Historia*, São Paulo, n.3/6, set. 1983, pp. 7-46.

<sup>55</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Identidades fugidias numa cidade labirinto, 1810-1830. in: FARIAS, Juliana B. ; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 89.

Gráfico 05  
Possíveis destinos das fugas



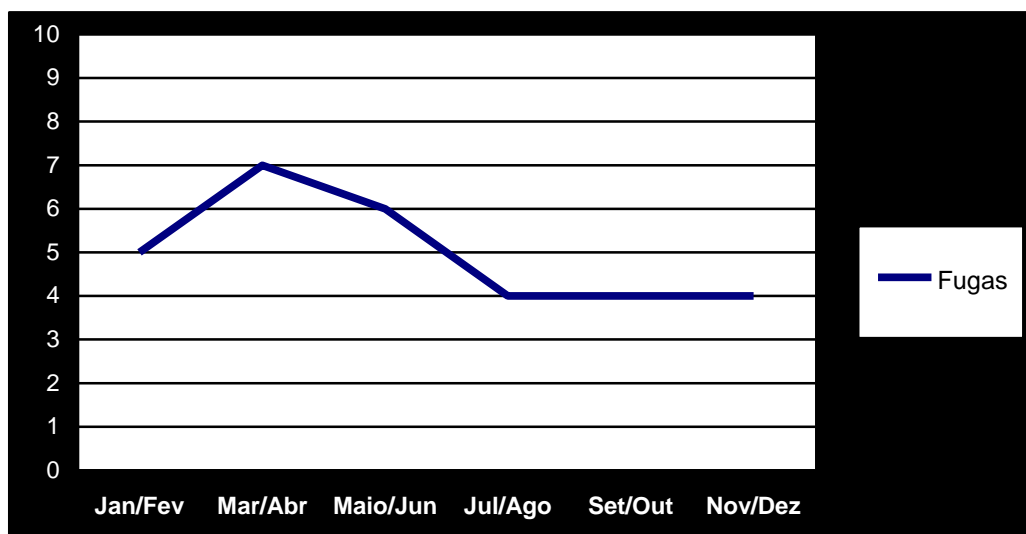
Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrela do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manaus* (1869) e *o Comércio do Amazonas* (1870-1878).

\*\* Seringais, Vila de Serpa, Silves, Boca do Andirá, Província do Amazonas

Ambos os gráficos sugerem um deslocamento de escravos para o interior da Região Amazônica – no sentido Pará-Amazonas. No entanto, tal afirmação deve ser dimensionada por algumas questões de fundo metodológico. Os anúncios aqui utilizados são todos produzidos em jornais da cidade de Manaus, província do Amazonas. Diante disso, parece evidente que os anúncios revelem grande quantidade de fugas para/no Amazonas. A questão sobre os sentidos dos deslocamentos dos escravos em fuga na Amazônia poderia ser dimensionada mais a contento se dispuséssemos de estudo semelhante para a província do Pará.

Gráfico 06:

Demonstração dos padrões bimestrais das fugas escravas (1850-1878).



Fonte: Anúncios de fuga dos jornais *Estrella do Amazonas* (1854-1863); *O Catechista* (1862-1871); *A voz do Amazonas* (1866-1867); *Jornal do Rio Negro* (1867-1868); *Correio de Manáos* (1869) e o *Comércio do Amazonas* (1870-1878).

O gráfico 06 apresenta a frequência de fugas dispostas em períodos bimestrais. O objetivo desse quadro é avaliar a quantidade de fugas nos períodos que compreendem a enchente e a vazante dos rios. Desse modo, podemos relacionar as fugas com os contextos sócio-ambientais em que se davam. Mais que isso, podemos desvelar estratégias de fuga em consonância ao mundo amazônico e suas particularidades.

O período de janeiro a junho é de enchente dos rios. A força de suas águas se torna desproporcional, o que dificulta sobremaneira a navegação nas “immensas mattas”. O relatório do presidente da província de 1865 do senhor Albuquerque Lacerda descreve de maneira minuciosa o fenômeno das enchentes dos rios amazônicos:

O movimento quase ascensional das águas do Amazonas é quase insensível no começo da enchente. Espaços iguaes vão sendo logo após percorridos em prazos cada vez menores. De dia para dia, accelera-se a subida e avulta o crescimento. Desapprecem primeiro as praias núas, alagam-se em seguida os terrenos baixos, cobrem-se depois as ilhas de recente formação; mergulham as arvores, afundam as barreiras, estreitam as ribanceiras, as águas se espraiam, amargens recuam, os horizontes se affastam; e em meíados de março



aproximadamente esse inconcebível e fabuloso assoberbado rio tem chegado a igual distancia dos pontos extremos.<sup>56</sup>

No entanto, é justamente nesse período que, segundo o vice-presidente da província, o senhor Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, aumentam as dificuldades de se capturar prisioneiros, desertores, condenados da justiça e escravos fugidos “por causa da grande enchente dos rios, que lhes facilita o homisio”.<sup>57</sup>Tanto que, de acordo com o gráfico 06, o ápice da quantidade de fugas escravas em um bimestre (a maioria das fugas ocorre no bimestre março/abril) coincide com o período em que o processo de enchente dos rios do Amazonas atinge seu máximo.

Se os escravos parecem ter consciência das dificuldades que as enchentes impõem às autoridades policiais nas tarefas de busca e captura, é claro que eles também dominaram as técnicas e instrumentos adequados para transitar nos rios soberbos e caudalosos do ambiente amazônico. Ignez, Manoel e Felipe, por exemplo, atravessaram o Pará e o Amazonas, de acordo com as informações, em uma bem equipada montaria. Quando fugiu, João Mulato não poderia querer ir muito longe se não tivesse conseguido uma “montaria toda pintada de verde” pertencente ao mestre carpinteiro Funfão. Na companhia do escravo José Paulino e de posse de tal embarcação, fugir para o rio Madeira ou para o rio Negro significava estar a um passo da Bolívia ou da Venezuela, da liberdade. Assim temia que fizessem os seus cativos, o senhor dos escravos Pedro, oficial de carapina, de 30 anos de idade e do escravo Aprígio, padeiro, “também lê alguma cousa”, que “fugiraõ ambos em huma montaria grande, e consta que pretendião ir pelo Rio Negro para a Hespanha”.<sup>58</sup>

Por outro lado, de acordo com os dados, a província do Amazonas aparece como o destino preferencial dos cativos. Manaus representa o destino preponderante desses fugitivos. Algo de extremamente importante uma vez que Manaus é, ao mesmo tempo, o pólo preferencial tanto das origens das fugas quanto dos destinos da evasão.

---

<sup>56</sup> Relatório de Presidente da Província do Amazonas, 1865, p. 27.

<sup>57</sup> Relatório de Presidente da Província do Amazonas, 1866, p.294.

<sup>58</sup> Estrella do Amazonas, 03/03/1858; 22/05/1858.

A Vila da Barra foi elevada a categoria de cidade em 24 de outubro de 1848 e, somente oito anos depois, é que passou a se chamar cidade de Manaus. Até a década de 1830 alguns relatos de viajantes descrevem a Comarca do Alto Amazonas como um lugar parcamente povoado, com pequenas e modestas vilas habitadas predominantemente por indígenas destribalizados e, também, por uma irrisória população branca. Segundo a exposição de 1851, apresentada pelo presidente da província do Pará ao presidente da recém criada província do Amazonas, a população escrava maior de idade era de apenas 3% em relação ao total de habitantes.

Esta maciça presença de indígenas destribalizados, bem como a presença de mestiços na condição de habitantes da cidade será confirmada através do Recenseamento Geral do Império de 1872. Comparando a Vila da Barra de São José do Rio Negro com outras cidades brasileiras no mesmo período, Patrícia Sampaio afirma:

Sua vida urbana era bastante incipiente, não existindo uma nítida diferenciação entre os limites do rural e o urbano. A maior parte de seus moradores habitava as chácaras, os pequenos sítios e os pesqueiros nos arredores do chamado núcleo urbano, que era composto por algumas (poucas) moradias de um só pavimento, com paredes de barro e pau-a-pique, cobertas de folhas de palmeiras e pelos “edifícios” oficiais.<sup>39</sup>

Com a criação da Província do Amazonas – fato que se dá em meio a uma conjuntura de retração e crise econômica – a cidade da Barra nada mais é do que um lugar bastante modesto no meio da floresta. A segunda metade do século XIX modifica ligeiramente este quadro.

A cidade assiste a uma intensa modificação de seu espaço urbano resultado de uma maior injeção de investimentos no setor imobiliário que se inicia já na década de 1840. Como aponta Sampaio em artigo que analisa a acumulação mercantil e a escravidão em Manaus:

A cidade consolidou-se como entreposto comercial e rota de passagem obrigatória para o fluxo do comércio regional, ainda que numa posição subordinada à praça de Belém. É dentro dessa posição que emerge a demanda internacional de borracha a partir de 1860, alcançando as primeiras décadas do século XX. Essa conjuntura informa os muitos

---

<sup>39</sup> SAMPAIO, Patrícia M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997, p.50.

desdobramentos que a cidade sofreu e grandes foram as intervenções no seu espaço urbano, realizadas em estreita sintonia com as necessidades colocadas pela economia da borracha e suas elites a partir daí.<sup>40</sup>

Nesse período há um recrudescimento no confronto entre modelos diferenciados de cidade e, por conseqüência, de sociedade. Por um lado, a irrisória população branca passa a adotar de modo mais sistemático os modelos de civilização e urbanização do projeto de progresso europeu para reiterar os seus valores de elite; e por outro, como contraponto, existia o conflito destes modelos com os hábitos e costumes da grande maioria dos habitantes – notadamente de raízes indígenas. Dentro do espaço de avanço de certa modernidade atrelada às tradições indígenas dos habitantes é que surge a capital da Província.

Nesse espaço de conflito entre costumes indígenas e a cidade planejada pela elite branca, é que os escravos, forros e africanos exercem papel fundamental na reprodução das relações hierárquicas que estão subjacentes à lógica instituída de uma sociedade desigual como é Manaus.

É preciso lembrar que embora as atividades econômicas da cidade não estivessem assentadas eminentemente nas atividades de escravos, ou seja, que sua sobrevivência material não estivesse diretamente vinculada ao trabalho escravo, o simples fato de possuí-los já indica a organicidade de uma sociedade escravista. Mesmo porque, segundo Sampaio, as poucas ruas de Manaus contavam com os serviços destes cativos. Quando não eram alugados, poderiam ser empregados como “negros ao ganho”, vendedores e prestadores de serviço variados nas vielas da pequena e inóspita cidade.

Os escravos alugados ficavam sob a responsabilidade dos locatários como se deles fossem – sendo estes responsáveis pela alimentação, o vestuário e o local de descanso. O valor do aluguel era pago diretamente ao senhor locador ou, se fosse o

---

<sup>40</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Teias da Fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Caicó: UFRN-CERES, v.3, n.6, out./nov. de 2002, p. 3.

caso, às agências que cobravam uma comissão pelo serviço de intermediação.<sup>42</sup> Nesse sentido, o jornal *Estrella do Amazonas* publicava os seguintes avisos:

Aluga-se uma escrava, própria para o serviço de uma casa de família; quem a precisar dirija-se a esta typographia que se lhe dirá quem deve tratar;

Precisa-se de huma mulher escrava ou forra, para o diário de uma casa de pouca família: quem estiver nesta circunstancia dirija-se a taberna na travessa da Olaria para tractar do ajuste.<sup>43</sup>

Guardadas as proporções de tempo e espaço, a análise de Luiz Carlos Soares para as atividades dos escravos ao ganho na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX, pode iluminar algumas questões sobre o mesmo fenômeno em Manaus. O autor afirma que os cativos eram enviados às ruas com obrigações e tarefas estipuladas previamente. Ao fim do dia os escravos entregavam determinada quantia de seus rendimentos negociada previamente com seus senhores que variavam de acordo com as atividades realizadas ou segundo as especialidades dos cativos – como, por exemplo, os escravos especializados em profissões industriais (ferreiros, oleiros, etc.) que valiam bem mais.

Os pagamentos podiam ser realizados semanalmente e, em alguns casos, mensalmente. Cabe lembrar que a autonomia e a liberdade de que gozavam os cativos para transitar na cidade não era suficiente para caracterizar uma vida menos difícil. Segundo o mesmo autor, os senhores exigiam ao máximo o rendimento que fora estipulado:

[Os escravos] eram obrigados a perambular o dia inteiro pela cidade com cestos ou tabuleiros de mercadorias. Eram obrigados a transportar pesadas cargas ou a se arriscar no mar a qualquer hora do dia ou da noite, conduzindo embarcações de pesca ou de passageiros. Eram obrigados a longas e estafantes jornadas trabalhando como barbeiros, cocheiros, ou operários. Enfim, eram obrigados a recorrer até mesmo a meios desonestos e criminosos para obterem o dinheiro necessário à sua sobrevivência e ao pagamento requisitado por seus proprietários.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, v.8, n.16, mar.88/ago.88, p. 137.

<sup>43</sup> *Estrella do Amazonas*, 6 de Abril de 1861 e 27 de Outubro de 1858, respectivamente.

<sup>44</sup> SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, v.8, n.16, mar.88/ago.88, pp137-138.

Entre o valor previamente estipulado a ser repassado ao senhor e a efetiva arrecadação dos dias de trabalho do cativo existia uma margem de diferença que consistia em prática de acumulação de capital – o pecúlio - que não pode ser desprezada. Com o pecúlio muitos chegavam a morar em residências que não as de seus proprietários, alugadas em pensões e moradias populares.

No dia 7 de janeiro de 1871, o jornal *O catechista* publicava na seção de noticiários a denúncia de que era “muito conveniente que a policia preste sua atenção para os cambembes que existem alugados para os escravos na travessa da matriz e na Tamaracá”<sup>45</sup>. No dia 27 de maio de 1868, o *Jornal do Rio Negro* noticiou alguns procedimentos policiais de investigação para descobrir o autor do crime de roubo sofrido pelo fogueteiro Sebastião. Fortes suspeitas recaíram sobre o escravo Manoel. Dias antes o dito escravo já havia sido preso por ter entrado disfarçado na casa de Manoel Antonio Lessa. Além do que, Manoel mantinha a sua “amázia” residindo em uma “casa alugada por 6:000 mensaes”, logo em frente à casa em que morava o fogueteiro Sebastião. Foi o suficiente para recolhê-lo à cadeia.<sup>46</sup>

Segundo João José Reis, o pecúlio era um meio que os escravos ao ganho utilizavam para retirar-se da condição de ferramentas econômicas:

Novos estudos, por toda parte, têm sugerido uma outra questão da maior importância; uma parcela não desprezível da população cativa foi capaz de operar com êxito dentro da economia de mercado. Embora o direito dos escravos ao pecúlio só tenha sido reconhecido, em forma de lei, muito tardiamente (1871), ele sempre existiu na prática. Com efeito, alguns escravos puderam, à custa de duro empenho, acumular o capital necessário para retirar-se, enquanto pessoa, do rol dos instrumentos de produção.<sup>47</sup>

Em alguma medida, é possível afirmar que a prevalência dessas atividades independentes na cidade poder ter interferido sobremaneira no processo de

---

<sup>45</sup> O Catechista, 7/01/1871.

<sup>46</sup> Jornal do Rio Negro, 27/03/1868.

<sup>47</sup> REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.17.

desagregação da instituição escravista. Ao forjar esses espaços de autonomia os escravos impunham limites à dominação senhorial na medida em que esses mesmos espaços eram resultado de uma resistência social, econômica e cultural.<sup>48</sup>

Nesse sentido, não nos parece mais possível considerar a construção da cidade de Manaus como produto apenas do conflito existente entre a cidade projetada pelas elites locais e as tradições, hábitos e costumes indígenas. É preciso dimensionar a participação que escravos e africanos tiveram na construção de espaços e culturas urbanas na cidade de Manaus em meados do século XIX e acrescentar agora ao quadro de conflito anteriormente exposto a cidade instituída pelos negros.<sup>49</sup>

Por que fugir para Manaus? O que faz desta cidade um “pequeno mocambo?”. A historiografia nos apresenta dois tipos de direção das fugas. A primeira afirma que os escravos fugiam de forma preponderante para lugares de difícil acesso como o sertão, a mata fechada (“tirar cipó”), montes e mangues – as chamadas *Fugas para fora*.<sup>50</sup> De acordo com Eduardo Silva, até a década de 1870, fugir tinha por sinônimo “tirar cipó” – ou seja, fugir para o meio da mata de difícil acesso. O segundo tipo, as *Fugas para dentro*, pode ser exemplificado no conto de Machado de Assis intitulado *Pai contra Mãe*.

Machado de Assis conta a história de Candinho, um branco pobre em estado de absoluta penúria, passando mesmo por “maus bocados” a ponto de entregar o seu filho recém nascido para a chamada “roda dos expostos”. Para fugir desta dramática situação, Candinho corre a pedir ajuda e, desesperado, busca dinheiro prendendo escravos fugidos. Sua vítima será a crioula Arminda – foragida e grávida.

O desenrolar da trama se dá exatamente sobre este dilema. Mas o que nos interessa neste conto de Machado é uma das várias paisagens sociais que ele descreve e representações sobre a sociedade escravista do Rio de Janeiro de finais do

---

<sup>48</sup> MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo – SP. V.8, n.16, mar.88/ago.88, p149.

<sup>49</sup> CHALHOUN, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.212-248.

<sup>50</sup> Eduardo Silva divide-as em *Fugas para fora* – fugas para fora da sociedade escravista – e *Fugas para dentro* – fugas para as cidades grandes e populosas (para o interior da própria sociedade escravista).

século XIX: a da invisibilidade dos negros fujões na cidade. Segundo Machado podia ser nada fácil encontrar um “preto fugido” na Corte com tantos escravos, libertos, Africanos Livres e livres africanos trabalhando juntos. Os enormes contingentes de negros permitiriam as chamadas *Fugas para dentro*, para o interior da própria sociedade escravista.

É exatamente este argumento que se inverte se considerarmos algumas particularidades de Manaus. A cidade não contava com a mesma dimensão de espaço físico que possuía a Corte, tampouco com a mesma proporção de africanos que residiam no Rio de Janeiro. Ou seja, não havia uma massa de negros residentes em Manaus em quantidade suficiente que pudesse permitir que um fugitivo passasse despercebido na cidade.

Sobretudo se considerarmos a pequenez da cidade, estaremos diante de outra questão levantada pelo escritor Mia Couto, que afirma o seguinte: quanto menor é o lugar mais obediente ele o é<sup>51</sup>. De acordo com este raciocínio teríamos na cidade de Manaus de meados do século XIX, acentuados mecanismos de controle em relação aos escravos e consolidadas relações de poder – a plena vigência do que chamou Silva de *paradigma ideológico colonial*.<sup>52</sup>

É possível que a solução deste problema esteja na coexistência de alguns elementos pertinentes ao processo de transformação urbana e econômica pelo qual passava a capital da Província do Amazonas.

As mudanças na estrutura urbana erguem novos prédios. Há o surgimento de novas praças e ruas. Os igarapés que circundam a cidade são aterrados e outras mais intervenções são realizadas no intuito de instalar as bases do projeto de capital idealizado pelas elites locais. Nesse sentido, *O Catechista* idealizava:

A cidade de Manaus pela sua posição topographica e como capital de uma província cujo futuro grandioso, sendo desde já presentido, não precisa ser preconizado, hade, necessariamente, ser a mais bella, rica e

---

<sup>51</sup> COUTO, Mia. Último vôo do flamingo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.17.

<sup>52</sup> Segundo o autor a própria sociedade escravista consistia no maior impedimento para as fugas uma vez que a sua própria maneira de ser e de estar, suas visões e seus valores faziam parte da ordem socialmente estabelecida profundamente enraizada não somente em senhores, mas também em escravos.

importante das cidades que se prendaram no extenso Valle do Amazonas e de seus confluente, quando o crescimento das gerações do provir tiver dado ao seu commercio e industrias o incremento de que elle são susceptíveis, e cujos elementos a natureza ahi semeou com prodigalidade, para que a mão do homem as aproveita-se.<sup>53</sup>

Para a Imprensa local a questão do desenvolvimento urbano precisava ser mais bem percebida pelos governantes locais. Era preciso criar um ambiente propício para o bem estar da população que passava por um período de incremento significativo. Novos postos de trabalho. Crescimento da demanda por trabalhadores especializados. Crescimento urbano. Novas malhas, ruas e vielas. Criação de espaços sociais diferenciados – os construídos pelas (e para as) elites e os instituídos pelos menos afortunados.

Estas são algumas modificações para as quais *O Catechista* chama atenção em artigo publicado em 1º de abril de 1865:

A questão do traço desta capital do alinhamento de suas ruas, da construção de suas praças e passeios, se, presentemente, parece de pouco interesse, é uma questão de futuro, que se liga não somente ao bem estar de uma população que hade ser grande, aos seus gosos e os seus necessários recreios a distração, como também a salubridade publica, dependente aliás das condições hygienicas a que se deve attender quer nas edificações particulares, quer nas obras a cargo do poder publico, taes como calçamento, a limpeza, asseio e esgoto das ruas, a fractura dos cães e ponte nos igarapés, das fontes e poços, para o abastecimento d'agora, a população.<sup>54</sup>

Como entreposto comercial importantíssimo para a drenagem de mercadorias que alimentam toda a província, e da mesma maneira para o escoamento de produtos exportados para o Pará, a cidade de Manaus recebe uma quantidade difícil de ser mensurada de navios vindos das vilas do interior do Amazonas, do Pará, de outras Províncias do Império, de vapores de outras localidades da América Espanhola e do exterior. A própria demanda internacional da borracha intensifica esse processo a partir de 1860.

---

<sup>53</sup> O catechista, 1/04/1865.

<sup>54</sup> O Catechista, 1/04/1865.



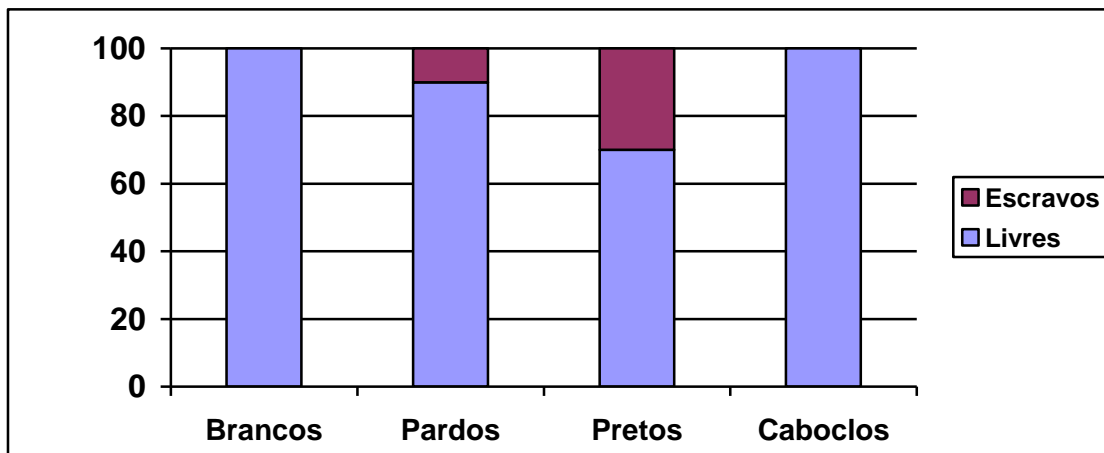
Das relações econômicas existentes entre a Província do Pará e a do Amazonas e do intenso ir e vir de embarcações no porto de ambas as capitais, o *Catechista* diz o seguinte:

São muito estreitas as relações entre as duas províncias, Pará e Amazonas: o porto de Belém é o anel da cadeia, que o prende o fio do movimento geral do Império à grande artéria por onde circulam os elementos, que levam a vida, e vão alimentar essa bela parte do Valle amazônico.<sup>55</sup>

Navios, vapores, montarias, canoas, mercadorias, novos trabalhadores, novas casas, novos espaços. As décadas de 1850 e 1860 assistem a um processo de incremento populacional. Esse quadro irá se intensificar a partir de 1870 quando trabalhadores, sobretudo nordestinos, serão atraídos para a região seduzidos pela economia da borracha<sup>56</sup>. É possível que esse intenso trânsito de pessoas, embarcações e mercadorias criasse uma esfera de “desobediência” e de “indiferença” no pequeno lugar. Agrega-se a tal contexto, o movimento migratório nas fronteiras internacionais da província.

Os dados do gráfico abaixo podem ajudar a identificar outros elementos tornaram Manaus um esconderijo em potencial para escravos fugitivos e desertores:

Gráfico 06  
Condição e Cor



<sup>55</sup> O Catechista, 23 de janeiro de 1864.

<sup>56</sup> SAMPAIO, Patrícia M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997, pp. 28-33.

Fonte: SAMPAIO, Patrícia M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997. Recenseamento Geral do Império de 1872.

De acordo com o Gráfico 06, só existiam duas “cores” possíveis para classificar os escravos. Cerca de 30% dos indivíduos de cor *preta* da cidade eram escravos e, na mesma categoria, pouco mais de 10% dos pardos, ou seja, apenas 13 % dos habitantes da cidade com fenótipo associado à escravidão é, efetivamente, escravo.

Levando em consideração que as fronteiras de classificação entre pardo e preto eram tênues e cheias de problemas quanto a sua elaboração, podemos afirmar que embora Manaus não contasse com um contingente de africanos e crioulos na mesma dimensão que a cidade do Rio de Janeiro, os escravos fugitivos da região poderiam se esconder em meio aos 87% de pretos e pardos livres da cidade de Manaus.

Nesse quadro de fronteiras fragilmente delimitadas entre pretos, pardos livres e cativos, temos a presença de Africanos Livres, forros e livres africanos - trabalhadores marítimos que circulavam pela cidade e nos portos tripulantes de vapores que por aqui aportavam freqüentemente no período estudado. Vê-se, portanto, um ambiente propício para a fuga em meio a uma impessoalidade que se dá muito mais pelo qualitativo da presença de negros na cidade do que pela quantidade de africanos e afro-descendentes em Manaus.

Esse intenso tráfego de embarcações, navios, mercadorias, trabalhadores marítimos e escravos fugidos entre as províncias do Pará e do Amazonas apontam para outra questão importante da região amazônica enquanto área de fronteira econômica e geopolítica: a circulação de idéias e a troca de experiências.

A fuga de Ignez, Manoel e Felipe ocorreu em uma conjuntura extremamente importante. Afinal, apenas três anos antes, em 27 de abril de 1848, a Guiana francesa, vizinha a Província do Pará, abolia a escravidão. Anos depois, Venezuela, Bolívia e Peru encerrariam de vez o capítulo da escravidão negra na história de seus territórios.

José Maia em artigo que analisa as fugas escravas no Pará no período de 1840 a 1860, afirma ter existido uma circulação de informações sobre o processo de abolição

da escravidão em todo território francês através das redes de comércio estabelecidas entre os escravos paraenses, caribenhos e das Guianas<sup>57</sup>.

Cabe lembrar que desde as últimas décadas do século XVIII havia um temor generalizado por parte das autoridades coloniais de que as idéias revolucionárias vindas da França e do Caribe chegassem aos escravos brasileiros através das redes de comércio e transito de escravos fugidos da Amazônia para as Guianas e vice-versa. O temor de que essas idéias revolucionárias e abolicionistas pudessem de alguma forma alimentar o sentimento insurrecional dos cativos do Brasil irá se intensificar na primeira metade do século XIX por conta das muitas revoltas e lutas políticas dentro do próprio Império brasileiro.

Segundo Gomes, as lutas contra ou a favor da independência do Brasil, os conflitos envolvendo a abdicação do Imperador, as revoltas separatistas em várias províncias do império, as discussões internacionais sobre o fim do trafico e as questões sobre a legislação escravista e os rumos da escravidão no Brasil foram criticamente avaliadas pelos escravos. E o próprio temor das autoridades policiais é sintomático de que os cativos estavam atentos aos movimentos revoltosos nacionais e internacionais.<sup>58</sup>

No dia 21 de Abril de 1854, o *Estrella do Amazonas* noticiava o resultado das averiguações sobre uma denuncia feita por um escravo a respeito de índios e escravos existentes na estrada da “Caxoeira”. Depois de realizadas as investigações, a denúncia pareceu simples “imaginação do medroso” cativo, mas é bem possível que o alarde feito pelo escravo fosse um ato de deboche e uma maneira inteligente de alimentar o “medo branco” de senhores da província. O jornal dizia o seguinte:

A noticia constante do Officio, que abaixo transcrevemos, exagerada, como ordinariamente acontece, por cada pessoa que a communicava a outras, deo motivo a que no dia 8 do corrente sofresse alguma alteração o estado de perfeita tranqüilidade, que constantemente gozão os bons habitantes d’esta Capital; e obeservando o Exmo. Sr. Dr. Miranda, então encarregado da Presidência, que era geral o susto das famílias julgou conveniente mandar fazer chamada de campo a fim de que toda a

---

<sup>57</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840/1860. Topói, Rio de Janeiro, 2001, p. 83.

<sup>58</sup> GOMES, Flavio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. Revista da USP. São Paulo, n.28, p.42.

guarda nacional tomasse armas. Bem podia acontecer que os índios e pretos encontrados pelo escravo do Sr. Ten. Coronel Pinto na estrada da Caxoeira fossem desertores, ou escravos fugidos, que espreitassem ocasião de entrar na Cidade; mas quatro partidas commandadas por Officiaes que exploraraõ as matas em diversas direcções e por espaço de 24 horas, não descobrirão o menor vestígio da existência ou passagem de semelhante gente, e desde então inclinamo-nos a crêr que a imaginação do medroso informante transformou em figuras humanas alguns troncos de arvores, ou emprestou feições terríveis e ameaçadoras a pobres creaturas, que por ventura estivessem cortando lenha, ou palmas para a festa de Ramos (...).<sup>58</sup>

Dessa maneira, se levarmos em consideração o intenso movimento de escravos fugidos do Pará para o Amazonas (e vice-versa), a intensa circulação de escravos fugidos e trabalhadores africanos vindos nos navios e embarcações que transitavam na região será possível vislumbrar um espaço de compartilhamento de informações e experiências de luta pelas vilas e pequenos lugares no interior da província. Trocando e vendendo mercadorias e idéias pelos rios com as diversas comunidades que habitavam as margens dos rios – quer fossem indígenas ou negros amocambados – forja-se um quadro que permitia a “difusão das leituras políticas dos escravos acerca da realidade do país e das nações vizinhas, avaliando tais conjunturas como favoráveis ou não em suas lutas contra o domínio senhorial”.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Estrella do Amazonas, 21 de Abril de 1854.

<sup>59</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840/1860. Topói, Rio de Janeiro, 2001, p.90.

#### 4. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi basicamente a construção de perfis das fugas escravas e dos fugitivos escravos que viveram na província do Amazonas durante a segunda metade do século XIX. Nessa direção, o trabalho buscou avançar no intuito de recuperar os fios que forjaram o tecido de experiências da vida desses sujeitos, identificando suas estratégias de fuga e de negociação, suas intenções, suas variadas formas de fazer política no mundo amazônico. Cumpre enfatizar que este projeto de investigação tem o seu início em 2008 e se desenvolveu como parte integrante das atividades do Núcleo de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais – POLIS; e como parte das atividades do grupo de pesquisa HINDIAA – História Indígena e Africana na Amazônia.

O recorte temporal de ambos os projetos considerou duas conjunturas distintas. A primeira se refere justamente a criação da Província do Amazonas, tomando como referência o primeiro periódico a circular na capital. A segunda compreendia contexto de aumento das campanhas abolicionistas e o surgimento de sociedades que não só apoiariam, mas também financiariam as ações emancipacionistas e compra da liberdade dos escravos. Esta versão do projeto tomou como ponto de partida esta conjuntura de crescimento da campanha abolicionista e o já verificado crescimento de concessões de alforria e como limite a abolição da escravatura no império do Brasil em 1888.

Destacamos os seguintes resultados para as duas versões. Foram coletados seis periódicos: Estrella do Amazonas (1852-1863), O Catechista (1862-1871), A voz do Amazonas (1866-1867), Jornal do Rio Negro (1867-1868), Correio de Manáos (1869), Comércio do Amazonas (1870-1878). Foi possível ainda acrescentar dados coletados nas “repartições policiais” dos jornais, centrando-nos nas notícias de fuga/captura de fugitivos. E, guardadas as limitações da fonte, a partir de 636 registros de prisões, entre 1858-1868, pudemos discutir outras questões que envolviam o cotidiano dos escravos: suas práticas urbanas e os espaços de socialização construídos pelos cativos, que impunham limites não só a dominação senhorial, mas também às estratégias do poder

público de ordenação e controle de escravos, indígenas, brancos pobres, africanos e Africanos livres.

É possível também destacar que a maioria dos fugitivos era do sexo masculino (79%), na faixa etária de 20 a 40 anos. Dado importante, pois acompanha a historiografia para outras regiões do país que atestam a predominância de fugas masculinas em plena idade produtiva. Por outro lado, procuramos relativizar o baixo número de mulheres fugidas, levando em consideração a baixa densidade do tráfico de escravas, e também as já consideradas dificuldades da fuga, sobretudo com crianças. No entanto, buscamos centralizar as escolhas dessas mulheres escravas e acabamos por encontrar nessas fugas um sentido muito claro: o estabelecimento de laços amorosos ou familiares.

As fugas de natureza individual também são maioria (57%). Fugas sintomáticas de rupturas com caráter reivindicatório – quebra de acordos estabelecidos entre senhor e escravo. As fugas coletivas, por sua vez, indicam a capacidade de escravos estabelecerem redes de solidariedade não só com outros escravos, mas também com forros, brancos pobres, índios e Africanos livres e os exemplos abundaram por todo o relatório.

No que diz respeito aos destinos dos fugitivos, a pesquisa constatou tendências instigantes. Manaus aparece tanto como origem da maioria das fugas quanto destino preferencial dos fugitivos. Por um lado, é preciso levar em consideração que todos os anúncios que trabalhamos foram publicados na própria Manaus. Por outro, talvez seja possível explicar tal fenômeno a partir da característica da cidade de entreposto comercial. Afinal, a intensa circulação de bens, de pessoas e de mercadorias, de alguma maneira, poderia camuflar fugitivos.

De todo modo, é preciso pesquisar mais e aprofundar mais com questões como: Manaus é rota de passagem dos fugitivos para outras localidades da província? Como se manter foragido em Manaus? Como se dá a repressão de escravos e fugitivos na cidade?

Os dados da pesquisa revelaram ainda que a província do Amazonas apresenta pelo menos 05 locais de destinos de fuga enquanto que o Pará apenas 01. Procuramos

chamar atenção para as fugas que tiveram como destino áreas muito próximas as regiões fronteiriças do império brasileiro. Percebemos o quanto as fugas têm conexão com uma tradição de mobilidade das populações indígenas e com uma cultura de comércio e fugas de desertores e trabalhadores marítimos impressionantes.

Diante do exposto, situamos as fugas escravas num complexo quadro de baixa densidade populacional negra; intenso movimento de mercadorias e pessoas (diferentes etnias indígenas, trabalhadores marítimos, índios citadinos e pessoas livres); de áreas de fronteira. Ao unir experiências aparentemente desvinculadas, as fugas escravas funcionavam como importante ponto de conexão entre experiências distintas de luta por melhores condições de vida nos mundos da escravidão. E é a partir da sua compreensão que se vai poder desvelar lógicas sutis, opacas ou transparentes que marcaram a resistência escrava na Amazônia. Por fim, recuperar esses processos históricos visa contribuir para a reparação de uma dívida historiográfica com as populações africana e afro-descendente do Amazonas.

Aqui reside nosso esforço de contribuição. Revelar que os fugitivos escravos faziam política ao fugir pleno estado de vigor físico e no auge de seu potencial de trabalho. Ou ainda nas fugas para a reconstrução de laços familiares. Ou quando fugiam para evitar uma possível venda e todos os transtornos que ela acarretaria – renegociar todos os aspectos da vida cotidiana, por vezes sob condições mais difíceis. Todos esses aspectos revelam mais do que o “não quero” dos escravos, revelam também os seus quereres. E seus quereres estavam nas ruas da cidade.

O papel da imprensa local é importantíssimo nesse processo de coibir os movimentos escravos. A veiculação de ordens dos chefes de polícia, de artigos relacionados a “moral e bom costume” da cidade, de avisos policiais sobre o “vagar” dos cativos revelam uma sociedade extremamente preocupada com as possíveis “insurreições” dos negros da cidade. As fugas se inserem nesse contexto. Uma cidade pequena com poucos escravos que em decorrência de intensos processos de modificação do espaço urbano, de incremento populacional, de circulação de pessoas e mercadorias, do ir e vir de trabalhadores marítimos, de desertores e fugitivos vindos nos inúmeros vapores termina por criar um espaço propício para as fugas.





## 6. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### CENDAP – Centro de documentação e apoio à pesquisa do PPGSCA/UFAM

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do jornal “O Universal” -1825 a 1832. *Lócus Revista de Historia*, Juiz de Fora, v.12, n.12, pp.59-74, 2006.

\_\_\_\_\_. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, n.4, out.-dez.2007, pp. 1377-1399.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A Escravidão miúda em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravo na Província do Grão-Pará, 1840/1860. *Topói*, Rio de Janeiro, 2001, pp.73-112.

\_\_\_\_\_. Historias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. in: *Afro-Ásia*, n. 28, 2002, pp. 221-250.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: discurso e ideologia. *Estudos Lingüísticos XXXIII*, São Paulo, pp.694-700, 2004.

CECIM, Vicente. *Viagem a Andara, o livro invisível*. São Paulo: Iluminuras, 1988.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade. Uma historia das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular*. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

COUTO, Mia. *Ultimo vôo do flamingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERRARI, Ana Josefina. *A voz do dono – uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no Oeste Paulista entre 1870-1876*. Campinas, SP. Pontes Editora, 2006

\_\_\_\_\_. *Nomes próprios de pessoa e descrição: estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de anúncios de fuga de escravos*. Campinas, SP: [s.n.], 2008. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas.

FERREIRA, Roberto Ferreira Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Trafico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 229-283.

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOES, José Roberto. Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850). Tese de doutorado apresentada ao PPGHIS-UFF. Niterói: UFF, 1998.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro; Conquista, INL, 1972.

GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed UNESP/Polis, 2005.

\_\_\_\_\_. “No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. In: *História Unisinos*, vol. 10, n.3, setembro/dezembro, 2006.

LAHON, Didier. Violência do Estado, Violência privada. O verbo e o gesto no caso português. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (org). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, pp.87-120.

MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo – SP. V.8, n.16, mar.88/ago.88, pp.143-160.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Do jornal à academia: elites letradas e periodismo no Amazonas (1880-1920). In: *Amazônia em Cadernos*. Revista do Museu Amazônico/UFAM. Manaus, n. 7/8, 2001/2002.

POZZA NETO, Provino. Para além das fugas: um estudo sobre as alforrias no Amazonas Imperial. Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFAM, Relatório Final, Agosto/2008.

QUEIROZ, Jonas Marçal. Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará. (1877-1888). In: QUEIROZ, Jonas Marçal & COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia, Modernização e Conflito (século XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

REIS, Arthur C. F. O negro na empresa colonial portuguesa. In: REIS, A. C. F. *Tempo e Vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Alberto Torres, Vol. 03.

REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp.13-21.

SAMPAIO, Patrícia M. M. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: EDUA, 1997.

\_\_\_\_\_. Teias da Fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Caicó: UFRN-CERES, v.3, n.6, out./nov. de 2002.

\_\_\_\_\_. *Espelhos Partidos. Etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Tese de Doutorado – UFF, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. *3º Encontro Escravidão e Liberdade no*

*Brasil Meridional Anais [do] II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional* [recurso eletrônico] / 2005.

SANTOS, F. J. *et alli* (orgs.). *Cem anos de Imprensa no Amazonas: catalogo de jornais (1851-1950)*. 2ª ed. Revisada. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1990.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: Reis, João José & Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp.62-78.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, v.8, n.16, mar.88/ago.88, pp.107-142.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano e GOMES, Flávio dos Santos. Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2007, pp.191-224.